

MAQUIAVEL E O PRÍNCIPE

A Verdade Efetiva e os Príncipes Instauradores e Consolidadores na Obra de Maquiavel

Romeu Machado Karnikowski¹

RESUMO: Nicolau Machiavelli (1469-1527), nas suas obras, especialmente, *O Príncipe*, assentada na utilização metodológica da verdade efetiva (*verità effettuale*), com base no empirismo de Guilherme de Ockham, denominado navalha de Ockham, marcou o início do realismo no pensamento político moderno, concentrando-se especialmente na Itália renascentista. Neste trabalho, ele se debruça sobre os principados, distribuídos em vinte e seis capítulos, divididos em quatro partes, onde expõe como os príncipes instauram, conquistam, preservam e administram seus principados ou repúblicas (Estados), pela virtude das próprias armas ou pela sorte das armas alheias. Os príncipes instauradores e consolidadores: conquistadores, legisladores e administradores, cujo dever principal era preservar as liberdades republicanas dos cidadãos e de seus súditos através de boas armas e boas leis. César Bórgia como modelo real de príncipe guerreiro e instaurador, porém se mostrou frágil ante as circunstâncias da fortuna adversa.

PALAVRAS-CHAVE: Maquiavel. O Príncipe. Principados. Estados. Verdade Efetiva. Realismo Político. *Virtù*. *Fortuna*. Príncipes instauradores e consolidadores: conquistadores, legisladores e administradores. Liberdades republicanas. Boas armas. Boas leis. Renascimento. Política. Itália. César Bórgia.

ABSTRACT: Nicolau Machiavelli (1469-1527), in his works, especially *The Prince*, based on the methodological use of effective truth (*verità effettuale*), based on William of Ockham's empiricism, called Ockham's razor, marked the beginning of realism in thought modern political, focusing especially on Renaissance Italy. In this work, he focuses on the principalities, distributed in twenty-six chapters, divided into four parts, where he exposes how the princes establish, conquer, preserve and administer their principalities or republics (States), by virtue of their own weapons or by luck of foreign weapons. The establishing and consolidating princes: conquerors, legislators and administrators, whose main duty was to preserve the republican liberties of the citizens and their subjects through good weapons and good laws. César Borgia as a real model of warrior prince and founder, but he proved to be fragile in the face of adverse fortune circumstances

KEYWORDS: Machiavelli. The prince. Principalities. States. Effective Truth. Political Realism. *Virtù*. *Fortune*. Establishing and consolidating princes: conquerors, legislators and administrators. Republican liberties. Good weapons. Good laws. Rebirth. Policy. Italy. Caesar Borgia.

¹Doutor em Sociologia e Mestre em Ciência Política pela UFRGS. Professor de Direito Constitucional, Teoria do Estado e Hermenêutica e História do Direito no Curso de Direito da Faculdade Mário Quintana – Famaqui localizada em Porto Alegre, RS.

MAQUIAVEL E O PRÍNCIPE: REFLEXÕES INICIAIS

Nicolau Maquiavel – Niccolò Machiavelli em italiano – com seu livro *O Príncipe*², efetuou uma verdadeira revolução copernicana na filosofia política moderna, tendo como base sua concepção da verdade efetiva (*verità effettuale*), que consistia no estudo dos governantes e dos Estados – monarquias e repúblicas – valendo-se de uma metodologia puramente realista, com base empírica com a qual ele observou que muitas vezes atos moralmente condenáveis e execráveis pela tradição cristã perpetrada por príncipes cruents estavam na origem de instituições sólidas e duradouras, e ao contrário, que atos moralmente elevados realizados por príncipes piedosos estavam na base de Estados fracos e de breve existência. A **verdade efetiva** é equivalente ao princípio *navalha de Ockham* focada na unicidade imediata das coisas e não na pluralidade dos entes, dentro do qual Maquiavel realiza um corte epistemológico dentro do qual o seu pensamento está assentado na realidade intuitiva e crua dos fatos políticos, deixando de lado toda e qualquer ilação metafísica sobre a moral e a justiça no âmbito da ação política e dos fins últimos do príncipe. Nessa linha, ele refletiu e escreveu muito sobre assuntos de Estado, despojado do essencialismo platônico, mas com base nos ensinamentos e exemplos históricos, onde sustentou o seu realismo político com o qual desnudou o lado obscuro da natureza humana, que até então era tida como essencialmente boa pela literatura política tradicional, ainda que “decaída no pecado”, como era posto pela teoria agostiniana da predestinação.

A obra do secretário da segunda Chancelaria de Florença rompeu com a teoria política de Platão (427-347 a. C.), que concebia o Estado perfeito e imutável na sua Teoria das Ideias, Santo Agostinho (354-430), para quem os governantes na dimensão temporal deveriam ser justos para conduzir seus súditos, nos mesmos termos, a escatológica Cidade de Deus, e Santo Tomás de Aquino (1225-1274), para quem os governantes temporais têm a dupla função moral e repressiva de agir sobre os seus súditos sob a Lei dos Homens e observando as Leis Natural e Divina, e até mesmo de Aristóteles (384-322 a. C.), para quem as sociedades políticas era resultado da

²O título original desse livro de Maquiavel é **Dos Principados** (*De Principatibus*), o que está mais adequado com os cânones da obra. O livro *O Príncipe* consiste em um verdadeiro tratado político que influenciou profundamente os governantes e empreendedores nos séculos seguintes a sua primeira publicação. Nesse livro, Maquiavel considera todos os elementos do universo humano para concluir sobre a política do seu tempo. Essa perspectiva foi verdadeiramente uma inovação no pensamento político.

evolução natural da família, aldeia e polis. Maquiavel refutava esses entre outros pensadores, porque eles concebiam suas teorias políticas pelo “deve ser”, ou seja, na perspectiva platônica-idealista do Estado perfeito e imutável, garantidor da Justiça eterna e divina que numa perspectiva escatológica seria o Reino dos Céus. Maquiavel, por outro lado, buscou se amparar nos escritos dos historiadores romanos como Políbio (203-120 a. C.), Tácito (56-117) e, principalmente, Tito Lívio (59 a. C.-17 d. C.), que subsidiaram seus exemplos históricos, comparando com os acontecimentos do seu tempo. Epistemologicamente, a obra de Maquiavel tem fortes liames com os pensadores da via moderna, tais como Guilherme de Ockham (1285-1347) e Marsílio de Pádua (1270-1342), destacadamente no que concerne a preponderância do poder temporal (*potestas*), encarnado nos reis e imperadores sobre o poder espiritual (*auctoritas*) da Igreja e invocado pelos papas. Seguindo as premissas abertas pela via moderna, assentada na concretude do individual, Maquiavel foi ainda mais longe com seu princípio da verdade efetiva, ou seja, descrever a ação política dos homens tal como ela acontece no plano do real, partindo das ações individuais do príncipe, de uma forma que passou a ser denominada de realismo político. Para os filósofos da metafísica tradicional, seguidores da via antiga, a ordem política tinha finalidade de elevar a qualidade moral dos homens, sendo a justiça o bem máximo a ser alcançado, porém, dentro de uma perspectiva imaginária, além da realidade vívida dos homens. Nesse sentido, a política era o campo onde se realizava a ética absoluta e o príncipe devia espelhar essa qualidade aos olhos dos seus súditos, sendo o portador da moral e um ser incorruptível. Maquiavel contrariou essa posição metafísica da política platônica e agostiniana onde a justiça era uma quimera inatingível para os homens em estado de ignorância (Platão) ou de pecado (Santo Agostinho).

Maquiavel não desdenhou das contribuições dessa perspectiva tradicional, mas ele diferentemente dos autores da via antiga, asseverou que a ordem política era a esfera da luta pelo poder, das estratégias e do movimento calculado e racional para conquistá-lo³. Ele observou que as instituições políticas – a maioria delas - foram

³Nesse sentido, ver o capítulo VII - Os Novos Domínios, Conquistados com Armas Alheias e Boa Sorte – provavelmente, o mais definidor e sintetizador de *O Príncipe*, onde Maquiavel aborda as ações de César Bórgia e suas estratégias para conquistar e manter o poder, que do ponto de vista do florentino estavam corretas até que três fatos determinaram o seu fim: a morte de seu pai, Alexandre VI, a sua saúde deteriorada apesar de muito jovem, e ter apoiado a eleição de Júlio II, seu antigo inimigo, ao Trono de São Pedro. Esse erro de cálculo foi um dos principais vetores da ruína de César Bórgia, embora de resto tenha ele realizado sua obra política como um príncipe de *virtù*.

fundadas por meio de ações moralmente execráveis e condenáveis, mas que muitas vezes tornaram-se politicamente Estados sólidos e estáveis. Isso parece paradoxal, sob a dimensão da ética cristã, na medida, que as estruturas políticas foram instituídas para sobrepor-se a angustiosa consciência que o homem é um ser finito, confinado individualmente na sua temporalidade, de modo que os estados tornaram-se a instância máxima do poder (político), fundados por príncipes instituidores, que o professor Helton Adverse denominou de “inovadores”, e governados por príncipes consolidadores que podem ser conquistadores, legisladores e administradores, apartados dos príncipes usurpadores, porquanto estes são reconhecidos tão somente no âmbito da sua conquista de principado novo, geralmente por atos criminosos, e por isso mesmo atraindo a repugnância de Maquiavel, como ele deixa claro no capítulo VIII do *O Príncipe*⁴. Nesse capítulo, ele escreveu que além do mérito (*virtú*) e da boa sorte (*fortuna*), existe uma terceira maneira de tornar-se príncipe: o crime ou pela maldade que para ele contraria a natureza humana e divina.

Para Maquiavel, os principados ou os estados em geral, foram criados em razão dos vícios e das maldades humanas, por meio da *virtù* e da *fortuna* dos príncipes instituidores, e não da bondade e do senso de justiça dos homens e seus governantes. Por isso – ele observou e descreveu, embora no seu senso moral ele não aceitasse – muitos Estados (principados ou repúblicas) foram instituídos ou nasceram de ações moralmente repugnantes, condenados pela ética cristã, mas que assim mesmo muitos deles se consubstanciaram como instituições estáveis, prósperas, pacíficas e muitas vezes justas em um sentido mais amplo⁵. É o que conclui no capítulo VIII, decifrando os príncipes que chegaram ao poder ou instituíram um Estado, por meio de atos criminosos. A obra de Maquiavel, em seu realismo político, constituiu-se em divisor-de-água entre a epistemologia tradicional, cuja perfeição é alcançada através do

⁴Essa angústia martela a alma humana, porque na natureza é o único ser ciente da sua temporalidade, que tem consciência que de sua própria morte.

⁵Maquiavel no capítulo VIII de *O Príncipe* “Os que com atos criminosos chegaram ao Governo de um Estado” fornece o exemplo de Agátocles, o Siciliano que chegou ao trono de Siracusa, por meio de seus próprios esforços, mas assegurou o seu poder e estabilidade política no trono de Siracusa ao mandar matar todos os senadores e homens ricos da cidade em uma cerimônia festiva. Outro exemplo dado por Maquiavel é de Oliverotto de Fermo que massacrou o seu tio para assumir o poder da referida comuna. Esses são os príncipes que alçaram ao poder de Estado, por meio de perversidades ou crueldades, o que Maquiavel abominava, mas não poderia olvidar como exemplos históricos. Na literatura temos como exemplo *Macbeth* de William Shakespeare que se tornou rei da Escócia no século XI, por meio do assassinato do rei Duncan.

esforço intelectual (segunda navegação) como preconizava Platão, para ultrapassar o mundo imperfeito da opinião (*doxa*) e alcançar o “verdadeiro” conhecimento na ciência (*episteme*), estabelecida no mundo das idéias ou formas, e a moderna assentada nos fatos e na concretude da realidade. A grande contribuição de Maquiavel para a reflexão política moderna, na esteira de Guilherme de Ockham (1285-1349), reside na inversão dessa perspectiva da metafísica platônica onde a substância precede a existência, dentro do qual o mundo imanente dos fatos e empírico é relegado ao segundo plano, sendo mesmo um mero reflexo do mundo das ideias, dentro da qual, o indivíduo existente na esfera do mundo material é uma imagem acidental do mundo verdadeiro das formas. O pensamento epistemológico de Ockham tem base profundamente empírica, começando pela intuição das coisas, sem as arestas do esforço intelectual para compreender os conceitos universais, de forma o conhecimento tem início na intuição individual e concreta das coisas, passando para um segundo momento que é conhecimento abstrato. A interação entre a fé e a razão tão habilmente concebida por São Boaventura (1221-1274), Santo Tomás de Aquino (1225-1274) e Duns Scotus (1266-1308), numa das maiores construções metafísicas (teológica-filosófica) do Ocidente Medieval, começa ser diluída pelo conceptualismo do filósofo franciscano inglês, para quem o conhecimento começa pela simplicidade da intuição individual, de modo que não deve multiplicar os entes se não for necessário, adotando o caminho da simplicidade cognitiva, para suplantar o essencialismo platônico, que foi denominado de “navalha de Ockham”. Essa inversão epistemológica contra a teoria das formas de Platão, denominada “navalha de Ockham, tornou-se ao longo dos séculos seguintes, uma arma crítica contra o platonismo das essências e contra aqueles aspectos do aristotelismo nos quais mais se adverte a presença de elementos platônicos. (ANTISERI; REALE: 2017, p. 621). Essa ruptura com a metafísica tradicional, concebida por Ockham, sedimenta o caminho para a imanência e para o real e o mundo dos fatos.

Esse o ponto nevrálgico que une as epistemologias de Ockham e do Secretário Florentino: para Maquiavel, bem como também para Ockham, todo conhecimento parte do indivíduo e dos fatos, por meio da intuição das coisas, no âmbito da natureza, valendo-se da abordagem metodológica empírica para se desvencilhar do essencialismo platônico, que para os seguidores da via moderna, impedia a nítida e clara compreensão das coisas imanentes, dos fatos e da própria história: na tradição de

Ockham esse método é denominado de navalha, do ente individual sobre a multiplicidade de entes, base do seu empirismo e sua teoria do conhecimento centrado na indução e na intuição das coisas individuais, pavimentando o pensamento de Maquiavel centrado no princípio da **verdade efetiva**, que consiste na observação e descrição objetiva e direta dos fatos, sem juízos de valores que contaminam as conclusões.

Essa assertiva teve conseqüências gigantescas na dimensão da reflexão política, pois antes todo esforço em construir uma teoria moral ou política conduzia necessariamente para além do mundo físico e do real, tanto no mundo da idéias de Platão, bem como na cidade de Deus de Santo Agostinho. O mundo da realidade e dos fatos para eles era temporal, sede do pecado e da degradação material. A salvação tornou-se o centro do pensamento político, firmada no ato de fé que constrói a partir das cidades dos homens a elevação dos predestinados à salvação na Cidade de Deus, descrito pelo neoplatônico Santo Agostinho de Hipona (354-430), visões essas que consubstanciaram a ética cristã na Idade Média. Nesse sentido, seu pensamento rompe com a metafísica do idealismo escolástico que visava impor o domínio dos conceitos gerais, assim suprimindo o papel dos indivíduos, e por conseqüência do príncipe, e a superação do nominalismo, então revolucionário na sua dimensão ontológica centrado no individualismo, que contrariamente a perspectiva idealista, justificava a ação singular e concreta do príncipe. Nessa nova perspectiva do pensamento político, inaugurado por Maquiavel, amplamente dominado pela dimensão secular, a religião deveria estar subordinada ao plano temporal dos príncipes. O pensamento secular de Maquiavel é tributário da via moderna, aberta pelo pensamento de Ockham e de precursores como Marsílio de Pádua e uma gama de pensadores italianos que delinearão o caminho até a construção teórica do florentino.

Com Maquiavel, o pensamento político seculariza-se, e de uma forma muito mais radical do que nos seus precursores, que foram bastantes, a partir de Marsílio de Pádua. Detestando e desprezando, como eles, o governo dos padres, adversário do poder temporal da Santa Sé – mas bastante realista para reconhecer o seu vigor na época de Júlio II -, Maquiavel vai mais longe. Não lhe bastando laicizar o Estado, desejaria ainda subordinar-lhe inteiramente a religião, que concede apenas como instrumento do poder e um elemento de coesão social. (TOUCHARD: 1970, p. 22).

Em última instância, as iniciativas políticas do príncipe deveriam estar pautadas

pela razão de Estado, permeado pela boa ou má crueldade dos atos do príncipe. Se os atos políticos cruéis do príncipe redundar em más instituições, Maquiavel denominou essa conseqüência de má crueldade, caso contrário, os atos cruéis do príncipe resultar em instituições sólidas e pacíficas, ele qualifica de boa crueldade. Como observou Jean-Jacques Chevallier: o florentino descreveu no capítulo VIII, o bom e o mau emprego das crueldades para conservar um Estado usurpado. Nesse sentido há crueldades bem praticadas e crueldades mal praticadas. Esses são governantes usurpadores que conquistam o poder, tão somente pela crueldade de suas ações, mas que uma vez conquistado o poder, devem ser praticadas se possível de uma vez só, enquanto as ações boas devem ser prolongadas ao longo do tempo para consolidar, aos olhos do povo, o usurpador como príncipe justo. (CHEVALLIER: 1998, p. 31)⁶.

As crueldades bem praticadas, caso se possa de algum modo aplicar a palavra bem ao que é mal, observa pudicamente Maquiavel, são as que se cometem todas ao mesmo tempo, no início do reinado, a fim de prover à segurança do novo príncipe. (...). O novo príncipe deve determinar tranquilamente todas as crueldades que considerar útil cometer, e executá-las em conjunto, para não ter de repeti-las todos os dias, pois as crueldades, as injúrias experimentadas por menos tempo, parecem menos amargas, ofendem menos. Os benefícios, inversamente, devem suceder-se de maneira lenta e gradativa, para melhor serem saboreados. (CHEVALLIER: 1998, PP. 31/32).

Essa observação inicial, sublinhando a importância do princípio da verdade efetiva, é fundamental para se compreender o seu pensamento político, e que constitui a pedra angular de toda a sua obra. Maquiavel teve a maior parte de sua vida adulta voltada para a atividade política de Florença, tanto no seu aspecto prático como chanceler da sua cidade natal, bem como estudioso e historiador assentado, entre outros, em dois livros políticos fundamentais: *Discurso Sobre a Primeira Década de Tito Lívio* e *O Príncipe*. No primeiro – escrito em 1519, e publicado postumamente em 1531 – Maquiavel analisou as repúblicas, lastreado na observância da história romana; e no segundo, que veio a lume em 1513, que ele dedicou ao jovem Lourenço II, de Médici (1492-1519), duque de Urbino⁷, ele se concentrou sobre os principados,

⁶Aqui nasce a conhecida máxima do chanceler florentino de que o mal se faz de uma vez só e no início do governo de um príncipe para que seja esquecido, e o bem se pratica a conta-gotas, lentamente para que seja sempre lembrado como uma dádiva do príncipe.

⁷ Lourenço II, de Médici (1492-1519) era filho de Pedro de Médici e Alfonsina Orsini. Lourenço II foi pai de Catarina de Médici (1519-1589) rainha da França.

especialmente da Itália, tendo base sua experiência política como secretário-chanceler de Florença, em meio ao turbilhão que se abateu sobre a Itália no final do século XV, e que se estendeu até meados do XVI⁸, onde ele se afastou do plano idealista das obras políticas clássicas antes dele, centradas na perspectiva do deve ser do mundo ideal e imutável, e se voltar para a **verdade efetiva** das coisas, na verdade dos fatos históricos e na realidade crua onde o príncipe e seus súditos estão mergulhados.

Existem ainda duas situações que devemos abordar para entender seu livro *O Príncipe* e por consequência o papel dos príncipes instituidores e dos consolidadores, sendo uma histórica e outra metodológica. A primeira trata-se da invasão de Carlos VIII (1470-1498), rei de França na Itália em 1494 para reivindicar o seu direito ao Trono de Nápoles, em disputa sucessória por causa da morte de Ferrante I de Aragão (1423-1494). Este a frente de um poderoso exército multinacional desceu a península italiana vencendo todas as resistências graças a inovação militar trazida por seu exército: os canhões de bronze, que apesar do seu tamanho eram mais leves e resistentes que as antigas bombardas de ferro que em várias ocasiões explodiram com suas guarnições. Essa invasão inicia as Guerras Italianas que se prolongaram até 1559, entre as casas dinásticas de Valois da França e dos Habsburgos do Império Sacro-Germânico e da Espanha, que fizeram da Itália o principal cenário dos seus embates bélicos. Na verdade, os Valois do reino de França constituíram, a partir de 1494, um novo elemento no cenário italiano em relação aos imperadores do Sacro Império Romano-Germânico que exerciam sua ingerência sobre a maior parte da península, deste Otão I, o Grande (912-973), fundador desse império, que somente a partir de 1157, sob o *imperium* de Frederico I, Barbarossa, passou a acrescentar o nome Sacro. A presença dos imperadores germânicos na Itália atingiu o seu auge em meados do século XI e foi enfraquecendo ao longo dos séculos seguintes, devido, principalmente, a nova organização social e política no norte da península com base nas comunas, ou seja, as cidades-estados, que haviam superado o sistema feudal ainda no século XII. (SKINNER: 1996, p. 25). Uma coalizão dessas cidades-estados, denominada Liga Lombarda, liderados por Milão, derrotou o exército do imperador alemão Frederico

⁸Esse turbilhão que se abateu sobre a península, a história denomina de Guerras Italianas, que teve início em 1494, com a invasão de Carlos VIII, rei de França e se estendeu até 1559. Nesse período, as principais dinastias européias – destacadamente os Valois de França e os Habsburgos do Sacro-Império e da Espanha- fizeram da Itália verdadeiro campo de batalha, no exato momento que a Itália desfrutava a plenitude da Renascença.

Barbarossa (1122-1190), na batalha de Legnano, em maio de 1176. Com essa derrota militar aplastante, Frederico Barbarossa, da dinastia Hohenstaufen, viu suas pretensões sobre a Itália muito enfraquecidas, embora os imperadores alemães continuassem ingerindo no norte da península, tendo os italianos divididos entre os apoiadores do Império, denominados de gibelinos e os da autoridade papal denominados de guelfos. A invasão francesa de 1494 é o elemento bélico novo – com a emergência de nova organização militar e tipos de armas modernas com predominância na infantaria e nas armas de fogo - que irá trazer consequências danosas à Itália, determinado por seu longo período de mais de quase setenta anos de guerras, ao mesmo tempo trouxe a França no cenário das disputas de poder dos grandes reinos depois da Guerra dos Cem Anos (1337-1453).

Carlos VIII considerado bom comandante militar, a despeito da sua juventude, invadiu a Itália para obter que julgava o seu quinhão: o Reino de Nápoles, que considerava seu desde a morte do seu soberano Ferdinando I, de Aragão, em 25 de janeiro de 1494, em razão da sua ligação familiar com a família aragonesa, onde “a morte de Ferrante I de Aragão, monarca de fato do país napolitano, abre uma sucessão: Carlos VIII pretende aproveitar essa conjuntura e fazer valer suas pretensões históricas contra os sucessores de Ferrante recém-entronizados.” (LADURIE: 1994, p. 93). Carlos VIII organizou a expedição em todos seus detalhes, reunido uma força poderosa em torno de 40 mil homens, metade de soldados franceses e outra metade de mercenários suíços, italianos e ingleses entre outros, e uns 60 canhões de bronze, tecnologicamente superior a qualquer outro canhão da época, além da introdução do arcabuz no lugar da balestra para sua infantaria. O historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie (1929-2023), analisa que essa invasão, e isso tem grande implicação no pensamento de Maquiavel, tratou-se da primeira iniciativa estratégica do reino francês fora das suas fronteiras, depois das Guerras dos Cem Anos (1337-1453). A França ressurgia como grande potência europeia, graças a extraordinária recuperação econômica e política efetuada pelo rei Luís XI (1423-1483), depois da devastação deixada pelas longas guerras contra os ingleses. A frota francesa era comandada por seu primo Luís de Orleans – futuro Luís XII – com magistral desembarque de parte das suas tropas perto de Gênova.

Em Rapallo, perto de Gênova, a frota francesa, dirigida por Louis d’Orléans e por D’Urfé, em setembro de 1494 dá o primeiro exemplo de um desembarque

apoiado pela artilharia de marinha; ela canhoneia as praias desde os barcos. Notável operação combinada: revela aos ligúrios a artilharia francesa e a “fúria das tropas do reino, entre os quais os mercenários suíços manifestam sua violência e mesmo sua barbárie”. (LADURIE: 1994, pp. 97/98).

A invasão de Carlos VIII na península, iniciada em setembro de 1494, trouxe consequências imensas para a época e a posteridade, não só para a Itália bem como para a própria Europa tanto no aspecto militar, principalmente, nas dimensões política, cultural e econômica. Em primeiro lugar, instituiu a o reino de França dos Valois como a grande potência política e militar da Europa no final do século XV que ambicionava expandir no elemento econômico. Em segundo lugar, a emergência da França como força política estava assentada na sua inovadora organização militar centrada nos canhões de bronze, arcabuzes, infantaria disciplinada e marinha dotada de canhões de costado. Em terceiro, a incursão francesa colocou no poder em Florença, o frade dominicano Girolamo Savonarola (1452-1498). Para Maquiavel, esse alçou ao poder em Florença pela fortuna das armas alheias, de modo que isso contaria em muito para a sua ruína em 1498. A queda do dominicano remeteu, inesperadamente, Maquiavel para o mundo da burocracia pública e da política formal, e cuja experiência seria base das suas obras futuras.

A partir da invasão francesa, Maquiavel começa a se interessar cada vez mais pelos estudos militares, denominados de arte da guerra, atento as consequências das batalhas e decisões militares dos comandantes e príncipes de viés castrenses. A descida dos exércitos dos Valois e dos Habsburgos salientou o papel dos *condotierres*, que à frente das suas tropas, utilizavam seus serviços militares, a um lado ou outro ao custo de altas somas, de acordo com as alianças efetuadas entre as cidades-estados italianas e os invasores descritos acima. Esse aspecto importante porque Maquiavel percebeu de forma aguda a importância superior das tropas nacionais sobre as mercenárias, que muitas vezes abandonavam seus chefes quando demonstrando seu descontentamento por falta de pagamento ou por simples indisciplina.

A segunda situação é dos pensadores italianos que encetaram suas reflexões no plano da imanência que de certa forma pavimentaram o caminho até a verdade efetiva do Secretário Florentino: Gil de Roma (1243-1316), principalmente, com seus livros *Sobre o Poder Eclesiástico* onde aborda o poder papal e *O Governo dos Príncipes* onde analisa o poder temporal dos príncipes cristãos. Dante Alighieri (1265-1321), que

reuniu suas preocupações políticas no seu livro *Da Monarquia*, onde teceu a defesa do poder temporal do Imperador sobre a autoridade papal. Lembrando que Dante Alighieri e sua família eram ligados ao partido dos guelfos brancos (*guelfi bianchi*), numa cisão contra os guelfos negros (*guelfi neri*), que por outra via eram consubstanciados no partido dos gibelinos que apoiavam os imperadores e o poder temporal contra os guelfos em Florença. Marsílio de Pádua (1270-1342) que no seu livro monumental *Defensor da Paz*, estuda a origem e significado dos poderes temporais e defende de certa forma o conciliarismo, ou seja, que a autoridade do concílio ecumênico deve ser prevalente, até mesmo contra conclusões de Ockham. É importante ressaltar que ambos pensadores foram excomungados pelo Papa João XII (1249-1334), e se colocaram sob a proteção do imperador alemão Luís IV (1282-1347), da dinastia bávara Wittelsbach (SKINNER: 196, p. 319). Bartolo Sassoferato (1314-1357), o grande jurisconsulto medieval e principal comentador do *Corpus Juris Civilis* trazendo definitivamente a dimensão jurídica para órbita da *postestas*, portanto, firmando o direito laico como pedra angular do poder temporal. E no aspecto econômico torna-se de excepcional importância referência a São Bernardino de Siena (1380-1444), em cujo livro *Do Contrato e da Usura* estabeleceu contra os juros que considerava atividade anticristã. Além disso, seu pensamento econômico era muito refinado e bastante moderno demonstrando a importância da imanência, porquanto ser a economia assentada na materialidade da vivência humana. Esses pensadores trouxeram o debate político e econômico para a órbita da existência dos homens e das suas necessidades observando a importância das instituições para o bom viver entre o nascimento e a morte de cada indivíduo.

Todos esses elementos tanto no aspecto histórico bem como da herança teórica dos seus patrícios serão base e argamassa das suas obras, principalmente, *O Príncipe* onde ele dispõe sobre os príncipes do seu tempo abarcando os dois tipos: os príncipes instauradores e os consolidadores e cada qual na sua importância na construção das instituições políticas para reger sobre os súditos.

MAQUIAVEL E A ITÁLIA DE SEU TEMPO

Nicolau Maquiavel nasceu no dia 3 de maio de 1469, em Florença, no coração da Toscana, uma das mais aprazíveis regiões da Itália e morreu na mesma cidade no ano de 1527. A Toscana, onde se localizava a Etrúria, o país dos etruscos, povo que deixou herança profunda na cultura romana, principalmente, quanto aos aspectos da morte e seu tenebroso e sombrio domínio subterrâneo. Florença, atravessada pelo rio Arno, é a cidade natal e o berço de vários artistas e escritores que tornaram a Itália a *alma mater* do Renascimento: Cenni di Pepo ou Pedro Cimabue (1240 - além de 1302), considerado “pai” da pintura italiana e mestre de Giotto di Bondone (1267-1337); Dante Alighieri (1265-1321), o poeta magno da Itália, que sublimou na sua obra *Comédias*, o seu atavismo etrusco em relação ao mundo dos mortos; de Giotto di Bondone (1267-1337), o grande artista que se destacou pelos contornos inovadores e vibrantes da sua pintura, profundamente influenciado por seu mestre Cenni di Pepo; Petrarca (1304-1374), considerado o “Pai da Renascença”, embora tenha nascido em Arécio, foi um típico florentino em seu universalismo erudito e inovador; Giovanni Boccaccio (1313-1375), o autor de *Decameron*, tornou-se tão versado e fascinado pela grande obra de Dante Alighieri, que tomado pelo êxtase a rebatizou de *Divina Comédia*. Filippo Brunelleschi (1377-1446) que revolucionou a arquitetura; Donatello (1386-1466), que inovou na arte da escultura. A lista assume ainda proporções maiores com Leonardo da Vinci (1452-1519), que nasceu nos arredores de Florença, se tornou o símbolo do criador genial; e Michelangelo Buonarroti (1475-1564), influenciado por Donatello, é o maior de todos os escultores italianos, além disso, ele pintou a capela Sistina no Vaticano.

Maquiavel – Machiavelli etimologicamente na língua italiana, significa **cravo** ou **prego** - teve a *fortuna* de viver na época em que transcorreram os seus 58 anos de vida, no auge da Renascença italiana, onde brotavam as criações de florentinos geniais que descrevemos acima, e criadores não menos geniais como Sandro Botticelli (1445-1510), Donato Bramante (1444-1514), Pico della Mirandola (1463-1494), Rafael Sânzio (1483-1520), Ticiano (1490-1576), Pietro Bembo (1470-1547), Ludovico Ariosto (1474-1533), Francesco Guicciardini (1483-1540), Giambattista Gelli (1498-1563) e Benvenuto Cellini (1500-1571), entre outros artistas e escritores. Além de inovadores na área da economia como Cosme di Médici (1389-1464),

criador do empresariado moderno quando a economia da Europa passava a ser cada vez mais monetarizada, onde o dinheiro e as cartas de câmbio entraram definitivamente como um dos elementos da ordem política e estatal⁹.

A península da Itália, no final do século XV, estava fragmentada em vários Estados, divididos em repúblicas e principados: o reino de Nápoles que abrangia todo o sul da península constituindo assim o mais extenso deles; os Estados Pontifícios (papais) que dominavam uma faixa transversal entre o Mar Tirreno e o Adriático; a República de Veneza no nordeste, edificada na curvatura norte do Mar Adriático; os ducados de Milão e Sabóia no norte; a república de Florença encravada no centro da península sobre toda a Toscana. A república de Siena no litoral a sudeste de Florença; a república de Gênova, incluindo a ilha de Córsega na curvatura mediterrânea e os ducados de Modena e Ferrara no centro norte. Os mais poderosos desses Estados tinham a seguinte forma de poder: Milão era domínio primeiro da família Visconti e depois dos Sforzas; Sabóia da família que dá o nome ao ducado; Veneza dos *dodge* e do seu respeitado Senado, e Florença, sob o domínio oligárquico da família Médici até 1494, a oligarquia teocrática e de certa forma obscurantista do frei dominicano Savonarola entre 1494 e 1498, e república dirigida pelo gonfaloneiro (*gonfaloniere*) Pedro Soderini, entre 1498 e 1512, quando os Médici são restaurados ao poder em Florença, graças às armas alheias da Santa Liga; depois o reino de Nápoles e da Sicília sob o domínio dos aragoneses, e por fim, os Estados pontifícios ou papais eram uma espécie de reino, constituído de uma “monarquia eletiva”, onde o Papa (bispo de Roma) era e continua sendo eleito pelo colégio de cardeais¹⁰. Esse mosaico

⁹ No ano de 1300, provavelmente a maioria dos camponeses europeus, nunca tinham visto dinheiro em suas vidas. A economia de escambo dominante nas sociedades feudais mudou, radicalmente, ao longo dos séculos XIV e XV, graças à duas invenções italianas: o banco e a carta de câmbio. Embora a remonetarização da economia européia tenha dado seus primeiros passos no século XI, e tenha se afirmado com a ascensão dos Estados monárquicos territoriais, a edificação de um ordenamento jurídico centralizado, o aparecimento da burguesia comercial e da expansão urbana, é com as referidas invenções italianas que a dimensão monetária torna-se definitivamente o centro das relações econômicas e até mesmo políticas.

¹⁰ Gonfaloneiro em italiano etimologicamente advém de bandeira, estandarte, insígnias ostentadas era uma cargo da magistratura de Florença, criado em 1250, e que tinha como função dirigir os aspectos da justiça e questões executivas da Senhoria (*Signoria*), diferentemente de *Podestà*, cargo criado por volta de 1158 e que tinha como função mais militares da cidade. O Gonfaloneiro ficou restrito ao âmbito de Florença, uma espécie de primeiro-ministro da Senhoria, função essa que se depurou ao longo do tempo até a ascensão dos Médici ao poder, e depois quando a república é implantada novamente em 1498; enquanto o cargo de *Podestà* foi criado em praticamente todas as cidades-repúblicas italianas depois do século XII, assumindo na maioria delas elevadas atribuições executivas.

de principados e de repúblicas constituiu a riqueza econômica e também a fraqueza política e militar da península italiana entre os séculos XII e XVI, e tornou-se centro de disputas entre os Valois e os Habsburgos a partir de 1494 até por volta de 1560.

Além desses havia vários pequenos potentados independentes, mas que eram títeres e muitas vezes dependentes e até mesmo dominados por um dos cinco maiores estados dentro do complexo e intrincado cenário político da Itália dos séculos XV e XVI. Nessa época, a República de Florença era governada oligarquicamente, desde 1434, pela família Médici – médicos em italiano -, redimensionou o papel dos *gonfalonieri* – *podestás* nas demais cidades-estados da Itália - constituindo a seguinte seqüência até 1494, quando eles foram apeados do poder pela primeira vez: Cosme, o Velho (1389-1464), que governou desde 1434 até a sua morte em 1464 e consolidou a fortuna da família Médici por meio de negócios inovadores, sendo considerado um dos inventores da empresa comercial; seguido no poder por seu filho Pedro, o Gotoso (1416-1469), por sua vez foi sucedido pelo seu filho Lourenço, o Magnífico (1449-1492), que governou entre 1469 e 1492, sendo em razão de sua morte, sucedido por seu filho Pedro de Médici (1471-1503), em breve e tirânico governo que durou dois anos. Diante da inabilidade de Pedro, o banco da sua família faliu em 1494, levando a ruína financeira, muitos negociantes florentinos, causando revolta popular que provocou a expulsão dos Médici de Florença, ainda em 1494, sendo imposto no seu lugar, o governo teocrático do frei dominicano Girolamo Savonarola (1452-1498), que perdurou até ser destituído e morto em 1498. A família Médici retornou ao poder da cidade em 1512, com a derrubada do regime republicano de Piero Soderini (1452-1522), mas foram expulsos novamente de Florença em 1527, para o regozijo final de Maquiavel.

Alguns dias antes de Nicolau fazer nove anos, no dia 26 de abril de 1478, em pleno domingo de páscoa eclodiu a revolta dos Pazzi, cujo resultado foi total ruína de toda a família conspiradora, fato esse que por muitas gerações abalou a cidade. Ambas as famílias tinham laços de parentescos por meio de casamentos recíprocos. A família Pazzi era rival dos Médici em prestígio e riqueza, mas faltava-lhe o poder político que a família de Lorenzo usufruía desde 1434. Mas várias iniciativas políticas de Lourenço provocaram o ressentimento da referida família chefiada pelo prestigiado e rico Jacopo de Pazzi (1423-1478). Os Pazzi tinham o domínio econômico, mas não desfrutavam do

poder político de Florença. Então, com o objetivo de reverter essa situação, no domingo de páscoa de 1478, os membros da família Pazzi e seus aliados, em plena catedral de Florença, saindo de trás das colunas, empunhando espadas e punhais, arremeteram contra os membros da família Médici, onde Lorenzo ficou ferido, mas seu irmão Giuliano veio a morrer, com seu corpo inerte no meio da catedral¹¹. O atentado falhou e a população da cidade saiu às ruas para caçar os Pazzi e demais conspiradores, assim que soube que Lourenço havia sobrevivido ao atentado. A reação dos Médici e dos seus partidários contra os Pazzi e seus aliados foi imediata, sanguinolenta, crueldade sem medidas, perpassada por uma fúria coletiva jamais vista antes na cidade. Em meio a carnificina que se seguiu, contra os conspiradores, Francisco de Pazzi e Francisco Salviati, este arcebispo de Pisa, foram torturados e enforcados em uma das grandes janelas do Palazzo della Signoria (Palácio da Senhoria). Jacopo Pazzi, líder da família, foi capturado fora da cidade, torturado e também enforcado na mesma janela do Palazzo della Signoria onde o arcebispo Salviati foi executado, cujo corpo ainda permanecia pendurado em adiantado estado de decomposição. Os dois cadáveres ficaram por semanas balançando sinistramente sob o arco da enorme janela, até serem sepultados. Não obstante, o corpo de Jacopo foi desenterrado e arrastado pelas ruas da cidade por uma multidão furiosa, e quando ela se cansou desse ato, finalmente atirou o cadáver do infeliz ao rio Arno. O célebre assassino Bernardo Bandini dei Baroncelli (1420-1479), contratado pelos Pazzi, golpeara mortalmente Francesco Nori que assim sacrificara sua vida para salvar a de Lorenzo da lâmina do conspirador. Depois desse ato ele conseguiu fugir para Constantinopla, onde depois de alguns meses foi aprisionado por ordem de Mehmet II, o Conquistador e enviado de volta a Florença, por articulação de Lourenço com o monarca otomano. Bandini foi sumariamente enforcado, vestindo seus trajes turcos, no alto de uma das janelas do Palazzo del Capitano del Popolo, no dia 29 de dezembro de 1479. Depois desse atentado, ocorrido no dia 26 de abril de 1478, uma dos dias mais trágicos da história de Florença, o regime de Lourenço Médici tornou-se mais duro, repressivo e severo até a sua morte em 1492, sendo sucedido pelo seu filho Pedro Médici¹².

¹¹Giuliano Médici, um mês após sua morte na conspiração do Pazzi, tornou-se pai de Júlio (Giulio), fruto de seu caso amoroso com Fioretta Gorini. Júlio foi criado por seu tio Lourenço e mais tarde tornou-se cardeal, eleito Papa em 19 de novembro de 1523, com o nome de Clemente VII.

¹²A conspiração dos Pazzi – na tentativa de destruir a Casa Médici em Florença - e seu desfecho sangrento, impressionou os italianos, inclusive os artistas. Leonardo da Vinci esboçou desenho célebre retratando Bernardo Bandini enforcado com suas vestimentas turcas, mãos amarradas para trás e

O breve e tirânico governo de Pedro precipitou a ruína do seu poder e de toda sua família, ao atrair o ódio do povo¹³. No entanto, a razão direta da queda dos Médici, em 1494, deveu-se ao avanço do exército de Carlos VIII, rei da França, por articulação dos seus inimigos, obrigando a fuga de Pedro, de modo que eles foram expulsos da cidade, em novembro desse mesmo ano. É importante ressaltar que desde 1434, a despeito de ser politicamente e juridicamente uma república, Florença era de fato um principado dominado pela família Médici, nos moldes de uma oligarquia. Em dezembro de 1494, o frade dominicano Girolamo Savonarola (1452-1498), nascido em Ferrara, é elevado ao poder de Florença, em razão de ter negociado um tratado de paz com rei Carlos VIII, que avançou sobre a península com suas tropas, instaurando na cidade um regime radical, cujo moralismo cristão extremado, levou ao seu próprio esgotamento. Na verdade, o frei dominicano foi elevado como chefe de Estado em Florença, graças às armas e ao apoio político do rei de França, Carlos VIII, que fincou pé na Itália com seu poderoso exército.

O governo de Savonarola (1494-1498), caracterizado como uma oligarquia teocrática perdurou por quase três anos, amplamente apoiado por seus partidários, denominados de *piagnoni* (resmungões), e terminou tragicamente no fim da manhã de 23 de maio de 1498, quando ele foi enforcado; ato contínuo seu corpo foi arrastado e queimado na praça central por seus opositores chamados de *arrabbiati* (enraivecidos). Cinco dias depois, no dia 28 de maio, o jovem Nicolau Maquiavel é nomeado pelo Conselho dos Oitenta (Postulantes), como segundo Secretário da Senhoria. No dia 19 de junho ele é alçado à chefia da Segunda Chancelaria – posto denominado de Secretário - permanecendo nesse cargo por 14 anos, junto com os Dez da Guerra. Alguns anos depois, em 1502, Piero Soderini, pertencente a uma das mais ilustres famílias toscanas, é eleito gonfaloneiro (*gonfaloniere*) vitalício de Florença, consolidando o regime republicano na cidade que foi restaurado em 1498. A república florentina perdurou até 1512, sob a liderança equilibrada e boa administração de Pedro Soderini, mas a derrota do exército francês do rei Luís XII, que apoiava a república toscana, pelas tropas da Santa Liga, permitiu o retorno dos Médici à Florença. Os franceses que haviam perdido o seu bravo comandante Gaston de Foix na batalha de Ravena, e com o avanço dos temíveis esquadrões de lanceiros suíços que desceram

cabeça caída sobre o peito.

¹³ É a Lourenço, duque de Urbino filho de Pedro de Médici, que Maquiavel irá dedicar o livro *O Príncipe*.

para reforçar os Habsburgos, foram derrotados em várias batalhas pelas forças da Santa Liga, compostas principalmente pela infantaria espanhola, lideradas pelo Papa Júlio II, que a recriou em 1511.

Essas guerras devastaram a Itália entre 1494 e 1559, e determinaram quatro mudanças de regimes políticos em Florença, que início na oligarquia dos Médici, seguida pela ditadura de Savonarola, pela república de Soderini e novamente a oligarquia dos Médici. Maquiavel teve a experiência, em maior ou menor grau, de todos esses quatro regimes políticos que governaram a sua Cidade-Estado:

REGIMES QUE GOVERNARAM FLORENÇA (1434-1527)			
1434-1494	1494-1498	1498-1512	1512-1527
MÉDICI	SAVONAROLA	SODERINI	MÉDICI
Oligarquia Familiar	Ditadura Teocrática	República Florentina	Oligarquia Familiar
Próprias Armas	Armas Alheias	Próprias Armas	Armas Alheias
Virtù	Fortuna	Virtù	Fortuna

À morte de Lourenço em 1492, aconteceu a invasão do rei francês Carlos VIII¹⁴, articulada pelos inimigos dos Médici, entre os quais Savonarola, dando início à primeira das Guerras Italianas, que por mais de sessenta anos tornou a península o campo de batalha da feroz disputa entre a Casa de Valois e a Dinastia dos Habsburgos. O rei francês comandava um poderoso exército de mais quarenta mil homens, e dispendo de vários canhões de bronze, à época verdadeira inovação tecnológica, determinou a expulsão dos Médici de Florença, dando o início da longa e custosa guerra contra a rebelde cidade de Pisa em 1496, que se prolongou até 1509, provocando a ascensão ao poder do frei dominicano Savonarola em 1494, e os acontecimentos que resultaram de sua queda e morte, em 1498, seguida da segunda

¹⁴Carlos VIII (1470-1498), o Afável, era filho do habilíssimo Luís XI (1423-1483), de quem herdou muito da capacidade política. Em 1494, à frente de poderoso exército constituído por soldados franceses, suíços, espanhóis, ingleses e de outras nacionalidades, em torno de 40 mil homens, com respeitado parque de artilharia, composto de 28 enormes canhões de bronze, efetivou a primeira das várias invasões francesas à Itália. Efetivamente, um exército moderno, que avançou pela península italiana, sem grande oposição. Essa invasão francesa, efeito das articulações de vários príncipes italianos, como os Sforza de Milão, com a posterior participação de Savonarola teve várias conseqüências que vão desde a expulsão dos Médici de Florença à disseminação da sífilis (*morbus galicus*), pelo resto da Europa, passando pelo início da ascensão de César Bórgia e de introdução de inovações militares, como os canhões de bronze e maior peso dado a infantaria. A despeito das vitórias iniciais e do poderio de seu exército, ele acabou sendo derrotado na batalha de Fornovo em 1495, saindo assim da Itália. O rei Carlos VIII faleceu em maio de 1498, em decorrência de um acidente banal, quando participava de um jogo de pela, escorregando e batendo com a cabeça em uma quina do palácio, que lhe provocou derrame cerebral e sua morte prematura.

invasão francesa perpetrada pelo rei Luís XII em 1499, e a posição dos Bórgia – destacadamente do Papa Alexandre VI, e de seu filho César Bórgia, cardeal e depois duque Valentino – nesse intrincado cenário político, provocou profunda impressão na formação e no espírito arguto de Maquiavel, com seus olhos de lince para a realidade política de seu tempo, fazendo comparações das vigorosas e austeras cidades alemãs com as italianas ricas, vibrantes, mas sem o poder de boas armas.

Tempos depois a invasão das tropas imperiais de Carlos V, do Sacro Império Romano-Germânico, determinou uma longa guerra contra o rei Francisco I, de França, pelo domínio da Itália. Na verdade, ele pressentiu os efeitos danosos, se não catastróficos em torno desses acontecimentos para o futuro político e econômico da península italiana. Maquiavel assistiu tudo, como uma testemunha ocular: no ínterim de trinta e cinco anos entre 1492 e 1527, ano de sua morte, a Itália foi sacudida por acontecimentos bélicos, políticos e econômicos que mudaram profundamente a sua história até os dias atuais. Parecia que a *fortuna*, em sua inconstância e fúria cega, havia abandonado os italianos e os condenando a uma longa e infeliz decadência que os atormentou por quase três séculos.

Maquiavel e seus contemporâneos italianos, não perceberam inteiramente, e provavelmente ainda não tinham sentido todos os efeitos de uma profunda mudança geopolítica determinada pela queda do Império Bizantino, com a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos de Mehmet II, em 31 de maio de 1453, que ganhou a alcunha de Conquistador. Esse acontecimento que muitos historiadores demarcaram como o fim da Idade Média, no decorrer dos séculos ulteriores, afetou profundamente o papel político e econômico dos principados e repúblicas italianas. Essa mudança atingiria a Itália de forma ainda mais significativa e profunda, com a descoberta da América – ironicamente por um italiano: Cristovão Colombo – cujo resultado pouco mais tarde iria transferir o cenário geopolítico do Mediterrâneo para o Atlântico. Nada parecia ter mudado na percepção dos homens da península. Provavelmente, porque os italianos, no final do século XV, ainda usufruíam dos efeitos da modernidade alcançada no final do século XI, quando constituíram a primeira região da Europa a ter suplantando o feudalismo, com o surgimento no centro e norte da península, de uma nova forma de organização política, social e econômica, firmadas nas cidades-estados italianas.

A profunda mudança geopolítica, no final do século XV, ainda que não inteiramente percebida pelas repúblicas e principados da península, demonstrou, antes de qualquer coisa a grande fragilidade militar dos italianos, enquanto que as monarquias nacionais e o império se fortaleceram no sentido bélico. (SKINNER: 1996, p. 25). Essa mudança geopolítica do Mediterrâneo para o Atlântico, que afetou profundamente a economia da rica península, teria o seu fato mais doloroso e cruel com as Guerras Italianas entre 1494 e 1559, promovidas na sua fase mais dura pelos reis da França Carlos VIII, Luís XII e Francisco I, o que obrigou o envolvimento dos Habsburgos da Espanha e do Sacro Império Romano-Germânico, provocando a destruição da economia, infraestrutura e a cultura renascentista das repúblicas e principados italianos, que no final do século XVI não tinham metade da pujança que usufruíram no século anterior. As repúblicas e principados italianos, poucos anos depois da morte de Maquiavel, avançaram inexoravelmente à decadência política e econômica, demonstrando que os potentados da península, que por muito tempo se beneficiaram das rotas do Mediterrâneo, começaram a ceder lugar, definitivamente, para os reinos debruçados sobre o Atlântico. No entanto para compreender esses fatos históricos que atingiram a península torna-se necessário mapear a realidade política da Europa medieval. A partir do século XII, de forma clara, cinco instituições políticas, dentre elas quatro forças políticas permearam o continente e se digladiaram entre si: o Papado, o Sacro Império Romano-Germânico, os Reinos ou Monarquias Nacionais (hereditárias ou eletivas) e as Cidades-Estados Italianas (principados e repúblicas). Além dessas quatro forças, existia uma infinidade de pequenos potentados que incluíam todo tipo de principados e repúblicas tais como condados e ducados ainda de caráter feudal, cidades-estados e pequenas monarquias que fragmentavam toda a Europa como que restavam da estrutura feudal. Na Baixa Idade Média, a composição política da Europa era deveras multifacetada, constituindo uma grande variedade de autoridade política.

Das monarquias hereditárias, eletivas ou unidas, às repúblicas de base alargada ou estreitamente oligárquicas, às confederações independentes e semi-independentes, às cidades isoladas operando como agentes livres ao imperador cujas ordens eram virtualmente ignoradas pela vasta maioria dos súditos, a variedade dos meios de governos era bastante desconcertante, isto sem falar de anomalias como o papado e daquelas regiões onde não existia, para todos os efeitos qualquer espécie de governo. (HALE: 1983, p. 45).

AS CINCO INSTITUIÇÕES POLÍTICAS EUROPA 1200 - 1500			
PEQUENOS POTENTADOS TEMPORAIS E RESTOS DO FEUDALISMO (Ducados, Principados, Condados e Pequenos reinos)			
PAPADO	SACRO-IMPÉRIO ROMANO GERMÂNICO	REINOS – MONARQUIAS NACIONAIS	CIDADES-ESTADOS ITALIANAS
Direito Canônico	Direito Canônico e Direito Romano	Direito Romano e Direito Comum	Direito Romano e Direito Canônico
<i>Auctoritas</i> Espiritual	<i>Potestas</i> Temporal	<i>Potestas</i> Temporal	<i>Potestas</i> Temporal
Tributos e Dízimos	Tributos Extorquidos	Tributos Permanentes	Tributos do Comércio
Homens de armas dos senhores e mercenários	Exército regular, não profissional e não permanente	Exército regular, não profissional e não permanente	<i>Condottieri</i> e Companhias mercenárias
Burocracia Eclesiástica	Burocracia irregular	Burocracia regular	Burocracia adequada

Daquele imenso mosaico de poder político enfeixamos todos em cinco grandes instituições de poder. Durante muito tempo, o Papado manteve luta intensa contra o Sacro Império Germânico, para impor a prevalência da *auctoritas* ou poder espiritual da Igreja sobre a *potestas* ou poder temporal dos imperadores germânicos. Essa luta deriva da teoria das duas espadas, formulada pelos papas Gelásio e Gregório, o Grande, no século VI, mas que tem origem em Santo Agostinho, onde a espada espiritual da Igreja deve prevalecer sobre a espada temporal dos soberanos. Enquanto o Papado e o Império se digladiavam, os Reinos do norte foram se constituindo lentamente sobre os escombros do feudalismo e sobre o poder político da Igreja cada vez mais arrefecido. No século XII, emergiu de forma plena, as cidades-estados italianas que rapidamente tornaram-se a força econômica da Europa, em razão de dominarem as rotas comerciais do Mediterrâneo. Mas a partir do século XV, os reinos do norte, do oeste e do leste consolidaram suas soberanias, sobrepujando as demais realidades políticas, cujo fundamento a partir do século XVI, foi dado por Jean Bodin (1530-1590), com o conceito de **soberania** que legitimava o poder dos reis no âmbito temporal. Mas é interessante que a luta entre o Papado e o Império não abalou a independência das cidades-estados italianas, que ora estavam ao lado da Igreja formando o partido dos guelfos, e por vezes do lado dos imperadores constituindo o partido dos gibelinos, embora no século XIV, os guelfos tenham se dividido em guelfos brancos, a favor do Império, e os guelfos negros que ficaram do lado do Papado. Na verdade, ambas as forças buscavam impor-se dentro da idéia do universalismo cristão. A lenta prevalência dos reinos nacionais sobre as demais forças

políticas, que corresponde ao início limitado da modernização do Estado é descrita por Jean Touchard:

Em França, depois de Luís XI, na Inglaterra dos dois primeiros Tudor, na Espanha de Fernando e Isabel, a autoridade do rei não deixa de se afirmar. O imposto permanente, o exército permanente, a multiplicação dos oficiais que servem o rei, tudo dá forma a um governo central e a uma administração provincial que controla as autoridades locais ou as substitui: a estes traços mais ou menos característicos duma modernização do Estado correspondem, se não algumas concepções perfeitas ou nitidamente novas, pelo menos uma adaptação psicológica, uma adesão ou uma resignação, por parte dos súditos. Tal modernização não ultrapassa, porém, certos limites; a despeito dá suas tendências autoritárias e centralizadoras, os governos são obrigados a ter em conta numerosos interesses particulares e a respeitar a forma e por vezes o fundo das imunidades das coletividades urbanas e provinciais. (TOUCHARD: 1970, p. 13).

Em outro sentido, a partir do século XII, as cidades-estados do norte da Itália, combateram para manter suas liberdades, contrapondo-se aos interesses territoriais do Sacro Império Romano-Germânico, especialmente, contra as incursões do imperador Frederico I, Barbarossa (1122-1190), da dinastia Hohestaufen, derrotado de forma contundente na batalha de Legnano em 1176, pelas tropas da Liga Lombarda lideradas por Milão. No entanto, essa derrota não afastou as pretensões dos imperadores. A impressionante figura de Frederico II, Hohestaufen (1194-1250), neto do Barbarossa, tornou herdeiro do Sacro Império Romano-Germânico, rei da Sicília, rei de Jerusalém e rei dos Romanos¹⁵. Em 1237, estabeleceu a sua corte, definitivamente, na Sicília, fazendo de Palermo um dos centros culturais da Europa. Dessa forma, Frederico II iniciou na Sicília um novo tipo de monarquia que sem o caráter feudal, mas dentro de moldes centralizadores e absolutistas. A par de Frederico II, dentro das pretensões germânicas, a Itália foi palco da disputa entre Gibelinos (apoiadores dos Hohestaufen) e os Guelfos (partidários do Papa). Essas duas facções passaram a se digladiar, principalmente, em Florença ao lado dos imperadores, no caso dos gibelinos ou na defesa do Papa, no caso dos guelfos, provocando divisão intransponível entre os italianos entre os séculos XII e parte do XV, ocasionando o aparecimento de líderes carismáticos e populistas como Cola di Rienzo (1313-1354), que acabou sendo morto

¹⁵O imperador e rei Frederico II, Hohestaufen é juntamente com Luís IX – São Luís – rei de França e outros príncipes, um dos governantes mais interessantes do século XIII, destacando-se pelo seu pioneirismo administrativo e iniciativas culturais e intelectuais, fazendo de Palermo, na Sicília, um dos mais importantes centros culturais da Europa.

pela população de Roma, saturada de seus desmandos. Com o decorrer do tempo, os guelfos tornaram-se hegemônicos na Itália, especialmente, em Florença, mas se dividiram em duas facções: os **negros** que continuavam apoiar o Papa sem pestanejar, e os **brancos** que demonstraram claras simpatias gibelinas em favor do Imperador. No entanto, Carlos de Valois (1270-1325) – filho mais moço do rei Felipe III, o Ousado (1245-1285), portanto neto do rei Luís IX, São Luís (1214-1270) – solicitado pelo Papa Bonifácio VIII (1230-1303), invadiu a Itália em 1301, sedimentando assim o domínio dos guelfos negros (guelfos partidários do Papa), e destruindo com a resistência dos guelfos brancos (gibelinos), condenando muitos deles ao exílio entre os quais Dante Alighieri que era partidário do Imperador¹⁶.

Em meio a esses acontecimentos, a Itália, no final da Idade Média, tornou-se o berço do Renascimento e onde se multiplicaram a *fortuna* (fado, sorte, circunstância) e a *virtù* (mérito, capacidade individual) dos *condottieri*, comerciantes e também dos homens geniais capazes de criar obras-primas na literatura, política, pintura, arquitetura e escultura, onde prosperava a riqueza e o comércio mais que em qualquer outro lugar da Europa, subitamente, em tão pouco tempo vê tudo decair. A morte repentina de Lourenço, o Magnífico em 1492, com apenas 43 anos, parece ter desencadeado uma série de acontecimentos terríveis passando pelas invasões francesas, e culminando em maio de 1527, com o sangrento saque de Roma pelos lansquenetes (*landsknechte*), mercenários alemães com suas vestimentas bufantes e coloridas, juntamente com tropas espanholas¹⁷. Dois anos depois, em 1494, o jovem rei francês Carlos VIII à frente de um formidável exército de mais quarenta mil soldados,

¹⁶Carlos I, conde de Valois (1270-1325), filho do rei de França Felipe III, o Ousado e de Isabel de Aragão, tornou-se notável pela sua grande capacidade militar e ser péssimo articulador político. O conde Carlos, preterido do poder na corte pelo seu hábil e férreo irmão Felipe IV, o Belo (1268-1314), que além de rei de França, também, foi também rei de Navarra. Ele sempre buscou uma coroa real, mas nesse malogrado intent, tornou-se uma espécie de *condottiere*, um notável e hábil comandante de armas, mas também como aventureiro e saqueador. Ele é o fundador da Casa dos Valois (Dinastia Capetíngia) e pai do rei Felipe VI, o Afortunado (1293-1350), o primeiro rei da referida Casa, que governou a França até 1589.

¹⁷Depois de árdua campanha contra o exército francês de Francisco I, que liderava a Liga Cognac (França, Milão, Florença, Veneza e o Papado), as tropas alemãs (lansquenetes), espanholas e mercenários de vários cantos da Europa que compunham o exército de Carlos V, Imperador do Sacro-Império Germânico, rei de Espanha e senhor dos domínios de Borgonha, se rebelaram e se amotinaram contra seus superiores, por pagamento insuficiente, e no seu caminho de pilhagens sitiaram e saquearam a cidade de Roma no dia 6 de maio de 1527, obrigando a fuga do Papa Clemente VII (1523-1534), filho bastardo de Juliano de Médici, assassinado na Conspiração dos Pazzi, em abril de 1478. As tropas amotinadas, que saquearam Roma, eram constituídas, principalmente, pelos lansquenetes alemães comandados por Georg Von Frundsberg (1473-1528), espanhóis, italianos e até mesmo franceses oriundos do Principado de Orange.

bem treinados e equipados, trazendo 28 poderosos canhões de bronze – uma inovação tecnológica revolucionária que mudou para sempre o papel da artilharia nos campos de batalha, pois antes os canhões eram feitos de ferro fundido que os fazia muitas vezes explodir junto com a guarnição – invadiu a península, sustentando a subida ao poder em Florença do frade dominicano Savonarola, provocando a fuga dos Médici da cidade.

Com a expulsão dos Médici, o frei dominicano implantou uma oligarquia teocrática em Florença, com contornos de verdadeira ditadura aplicando intensa repressão aos opositores do seu regime. O jovem rei Carlos VIII derrotou as forças da Santa Liga e avançou até Nápoles, onde o seu exército foi contaminado por uma nova doença oriunda do Novo Mundo, trazida pelos marinheiros espanhóis e italianos, que passou conhecida como *morbus galicum* (doença francesa), e mais tarde como sífilis. Na sequência, uma aliança, denominada Santa Liga, formada liderada pela República de Veneza, incluindo Milão, Papa Alexandre VI, e também Fernando, de Aragão (o Católico), e seu genro Maximiliano Habsburgo (Áustria), derrotaram as forças francesas de Carlos VIII, na batalha de Fornovo, no dia 6 de julho de 1495, obrigando o rei francês recuar para norte, e posteriormente abandonar a Itália e retornar à França com suas extenuadas tropas.

Para Maquiavel, o frade Girolamo Savonarola, que subiu ao poder graças às armas francesas do rei Carlos VIII, cometeu graves erros no decorrer do seu governo, sendo o mais relevante deles o de ter dividido os florentinos entre aqueles que apoiavam o seu regime teocrático – tido como moralmente superior - e os seus opositores acusados como “decaídos no pecado”, afirmando uma cunha de ódio entre eles. Assim, na propositura do seu governo de acordo os rigores de sua religião, de ele construiu um abismo entre os seus seguidores, que se consideravam “puros” e “abençoados” por Deus, e os demais florentinos considerados de natureza corrompida e pecadora, cuja única salvação era o próprio dominicano, de modo que ele não deu espaço para uma conciliação política, e nem contemporizou com os antigos costumes dos florentinos. Ao tentar impor novos hábitos, sob regras rigorosas, a um povo acostumado à liberdade, ele caiu em desgraça. No capítulo VI, de *O Príncipe*, onde ele analisa os principados conquistados pela *virtù*, Maquiavel descreve a principal causa da ruína do dominicano:

Nem Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo teriam sido capazes de fazer suas próprias leis e instituições serem cumpridas ao longo de qualquer período de tempo se não estivessem preparados para forçar através das armas. Essa foi a experiência do Frei Jerônimo Savonarola, que falhou ao tentar estabelecer precocemente uma nova ordem de coisas quando o povo parou de acreditar nele, pois não tinha meios de manter os que acreditavam nele firmes em sua fé, nem fazer os descrentes acreditarem. (MAQUIAVEL: 2008, p.p. 80/81).

Em suma, Savonarola foi um governante dotado de certa virtude (*virtù*), porém por ter subido ao poder com as armas alheias – apoio militar do rei Carlos VIII, da França –, caiu em desgraça, porque não constituiu suas próprias armas, constituindo-se no protótipo do profeta desarmado, pois os seus erros políticos teriam sido compensados com o uso das suas próprias armas (exército)¹⁸. Savonarola governou Florença valendo-se com seu carisma e quando esse dom foi colocado a prova pelos seus opositores, ele não dispunha de armas, ou seja, de próprio exército para a manutenção das instituições que ele mesmo criou. Ele cometeu o grave erro de não assentar seu poder em boas armas constituindo com isso uma milícia ou força armada de confiança.

Assim, ele foi como tanto outros homens de virtude de outrora, um profeta desarmado, e essa foi uma das causas da sua destruição e do seu fim. Não se mantém boas leis sem boas armas. Além deste erro fatal, acrescenta-se outro não menos grave, como já falamos brevemente acima: Savonarola não contemporizou com os costumes de Florença, antes ao contrário, ele impôs à cidade, outras regras que fustigaram o povo, embora de profundo cunho moral. O povo da cidade não suportou os rigores das novas regras e logo ficaram cansados de tanto policiamento por parte dos seus partidários. Isso ao cabo de três anos o tornou odioso aos olhos do povo florentino. As invasões francesas protagonizadas pelos reis Carlos VIII em 1494 (por conluio de Ludovico Sforza), e Luís XII em 1499 (por iniciativa da República de Veneza, e depois articulação do Papa Alexandre VI e de seu filho César Bórgia)¹⁹, iniciaram as

¹⁸Profetas armados e profetas desarmados. Para Maquiavel, os primeiros sempre vencem porque são príncipes que se valem de boas armas, com as quais instituem novos estados: principados ou repúblicas. Também conquistam e mantêm novos domínios. Os profetas desarmados sempre perdem porque não tem a força de boas armas, tanto para conquistar bem como para manter os seus domínios.

¹⁹Luís XII (1462-1515), filho do Duque d'Orleães, era primo e cunhado de Carlos VIII, que morreu aos 27 anos, em maio de 1498. Com a morte prematura e inesperada de Carlos VIII, ele tornou-se o herdeiro do Trono francês, prosseguindo com as guerras italianas, ao invadir a península em 1499, por invocação da República de Veneza. No capítulo III, "Dos principados mistos", Maquiavel analisou os cinco erros que esse rei francês cometeu na sua invasão na Itália: enfraqueceu os menos poderosos, aumentou o poderio de uma potência, introduziu na península um estrangeiro poderoso, não veio habitar o território

duas primeiras fases das Guerras Italianas, que desencadearam a decadência econômica, política e cultural da península. Essas guerras evidenciaram a fraqueza militar das repúblicas e principados da Itália, e atingiu o seu ponto mais agudo na guerra entre Francisco I, rei de França e Carlos V, imperador do Sacro Império Romano-Germânico (Alemanha, Áustria, Países Baixos e além de rei da Espanha), que fizeram da península o campo de batalha, entre eles nos primeiros decênios do século XVI, principalmente, por toda a década de 1520. Esse confronto bélico entre então as duas dinastias mais poderosas da Europa: os Valois de França e os Habsburgos do Sacro Império, Espanha e Borgonha, que fizeram da península seus campos de batalha, desencadeou a decadência econômica e política da Itália. Nessa época os Tudors da Inglaterra ainda estavam em afirmação. Durante, o período das primeiras invasões francesas, exercia o papado em Roma, o espanhol Rodrigo Bórgia (1531-1503), sob o nome de Alexandre VI (1492- 1503), e teve quatro filhos com sua amante Vannozza Catanei: Juan de Gandia (1474- 1497); César Bórgia (1475-1507); Lucrecia Bórgia (1480-1519); Geoffrey Bórgia, nascido em 1482, e por último Giovanni Bórgia, nascido em 1498. Os dois mais célebres dos seus filhos foram, sem dúvida, César e Lucrecia Bórgia, duquesa de Ferrara, na fase final da sua vida. O Papa Alexandre VI, Bórgia, nascido na Espanha, com suas artimanhas e astúcia política, constituiu-se no personagem fundamental em meio ao torvelinho desses acontecimentos dramáticos que marcaram para sempre a história ulterior da península italiana. No capítulo XVIII, Maquiavel formula juízo sobre o Papa espanhol:

Entretanto, é necessário que um príncipe saiba muito bem disfarçar sua índole e ser um grande hipócrita e dissimulado, pois os homens são tão simples e se submetem tanto às suas necessidades imediatas que aos impostores nunca faltam os crédulos. Vou mencionar um dos exemplos mais recentes. Alexandre VI nunca fez nada, ou nada pensou, que não fosse para enganar e sempre encontrou uma razão para fazer isso. Ninguém teve tanta habilidade em assegurar, ou firmou seus compromissos com tantos juramentos e os cumpriu menos que o Papa Alexandre e, entretanto, ele sempre foi bem sucedido em suas fraudes, pois conhecia essa fraqueza dos homens. (MAQUIAVEL: 2008, p. 174).

Mas foi seu filho César Bórgia (1475-1507), duque Valentino, que impressionou o espírito e a mente de Maquiavel de forma duradoura. O historiador Maurizio Viroli, descreve o impacto que a figura marcial do duque exerceu sobre o

conquistado e não assentou colônia na Itália.

secretário florentino, quando este encontrou o duque, logo após este ter conquistado Urbino à frente de seu exército, no início do verão de 1502, em uma missão composta de dois emissários enviados por Florença. Esses emissários eram Nicolau Maquiavel e o bispo Francesco Soderini, irmão do gonfaloneiro vitalício Piero Soderini, eleito recentemente. Eram duas horas da manhã, quando o duque recebeu os dois emissários florentinos no interior de seu enorme e adornado pavilhão militar, erguido em meio ao acampamento de seu exército, estendido ao longo do perímetro de Urbino. A luz bruxuleante das tochas, disposta nos quatro cantos do pavilhão, aumentava ainda mais o garbo e porte marcial do jovem duque, com sua densa cabeleira caída sobre o manto que cobria parte de sua armadura. Eis como Francesco Soderini, nas palavras evidentes de Maquiavel, descreveu o filho do papa Alexandre VI:

Este senhor é mui esplêndido e magnífico, e tão corajoso em fatos de armas que não há desafio que não lhe pareça coisa de pouca monta, e para alcançar suas conquistas jamais repousa, nem conhece fadiga ou perigo. Procura ser sempre o primeiro a chegar em um lugar, para poder entender as coisas como estão arranjadas. Busca ser sempre estimado pelos seus soldados, e conseguiu recrutar assim os melhores homens da Itália: e todas essas coisas fazem dele vitorioso e formidável, além de ser favorecido com uma perpétua ventura (VIROLI: 2002: p. 74).

Para Maquiavel ele poderia ter sido verdadeiramente o *condottiere* (chefe militar), o príncipe instituidor que unificaria a península ou traria paz à mesma para o aproveitamento dos cidadãos e súditos dos potentados italianos. Mas a sorte ou as inconstâncias da *fortuna* não quiseram assim. Entre 1494 e o ano de 1529, a Itália foi abalada por invasões de exércitos estrangeiros em três ondas sucessivas: primeiro as dos reis franceses Carlos VIII e Luís XII, seguidas pela guerra entre o jovem rei da França, Francisco I (Valois), e o ainda mais jovem imperador alemão-espanhol Carlos V (Habsburgo), que devastou a península italiana, e terminou com o pavoroso saque de Roma, em maio de 1527, realizado pelas tropas imperiais e mercenárias rebeladas contra os habsburgos, por causa de remuneração insuficiente, compostas por espanhóis, lansquenetes alemães, aventureiros espanhóis, forças italianas e até por soldados franceses²⁰. Na verdade, essas invasões eram em grande medida parte de articulações de príncipes italianos que buscavam apoio no estrangeiro para a afirmação ou consolidação de seus poderes. Entre 1499 e 1512, o rei francês Luís XII (1462-

²⁰As Guerras Italianas (1494-1559) marcaram o fim da exuberância e renascença italiana, deteriorando a economia da Península de tal ordem que seus sinais chegaram ao século XX.

1515) – por trama de Veneza que, inicialmente, envolveu o Papa Alexandre VI (1431-1503), e seu temido filho César Bórgia – invadiu novamente a Itália, em setembro de 1499, à frente de poderoso exército francês, com 40 canhões e engrossado pelos famosos lanceiros suíços, iniciando o segundo capítulo das Guerras Italianas (1494-1559)²¹. Luís XII com suas forças desceu a península e defrontou-se com as respeitadas tropas espanholas comandadas pelo Grande-Capitão Gonzalo de Córdoba (1453-1515), que derrotou os franceses na batalha de Cerignola (abril 1503) e decisivamente em Gaeta ou Garellano (dez 1503). Alguns anos depois os lanceiros suíços, a serviço dos Habsburgos, contribuirão para a derrota final do próprio rei Luís XII nos campos de batalha da Itália e o fim das suas pretensões sobre o ducado de Milão.

Os esquadrões de lanceiros suíços eram temidos, não somente por sua capacidade militar, mas, sobretudo, por sua crueldade. É importante frisar que graças às armas francesas é que a estrela de César Bórgia brilhou, porém, ela se apagou definitivamente, depois que os exércitos do rei francês Luís XII foram derrotados nas batalhas de Cerignola (abril de 1503) e Gaeta (dezembro de 1503), pela formidável infantaria espanhola do Grande-Capitão Gonzalo de Córdoba (1553-1515). Ao mesmo tempo Florença penava na sua interminável guerra contra a cidade rebelde de Pisa. Alguns anos antes, mais precisamente em agosto de 1499, a artilharia do famoso *condottiere* Paolo Vitelli (1461-1499), a serviço de Florença, bombardeou intensamente as muralhas da cidade rebelde, derrubando parte considerável delas. As suas tropas avançaram para o assalto final quando, repentinamente, ele e seu irmão Vitellozzo Vitelli (1458-1502) impediram – sabe-se lá até hoje porque razão – a tomada da cidade, e a concretização da vitória consagrada depois de uma custosa, dispendiosa e dura guerra contra a rebelde Pisa²². Paolo Vitelli acusado de traição caiu

²¹ O rei Luís XII, que sucedeu ao rei Carlos VIII que havia falecido prematuramente em 1498, em razão de um acidente, era obcecado pelo ducado de Milão, que considerava ser herdeiro legítimo em razão da sua ascendente Valentina Visconti (1371-1408). Em 1495, enquanto as tropas de Carlos VIII estavam com seu rei em Nápoles, Luís de Orleans (Luís XII), com suas forças intentava a conquista de Milão. Foi derrotado por Ludovico Sforza, o Mouro (1452-1508) em Novara e foi salvo pelas tropas de Carlos VIII, que romperam o bloqueio de Fornovo, na sua retirada desde Nápoles.

²² Vitellozzo Vitelli (1458-1502), irmão mais velho de Paolo, conseguiu, nesse episódio, evadir-se, com o resto de suas tropas. Após a execução de Paolo Vitelli (1463-1499), Vitellozzo jurou vingar a sua morte, devotando o resto de sua vida à destruição de Florença. No entanto, a boa sorte do *condottiere* mudou dois anos depois, quando participou da conjuração fracassada contra César Bórgia, juntamente com os Orsini e Oliverotto Euffreducci de Fermo, caindo em desgraça. Vitellozzo, Oliverotto, Orsini e outros comandantes foram atraídos a cidade de Sinigaglia a convite de César Bórgia. Mas assim que chegaram ao

em desgraça, na sequência ele foi capturado pelos emissários de Florença, e levado à cidade que contratou seus serviços militares, sendo interrogado e julgado. Condenado à morte por traição, pelos tribunais de Florença, ele foi decapitado no dia 1º de outubro de 1499, com seu irmão Vitellozzo declarando juras de vingança contra Florença até a sua execução por ordem de César Bórgia em 31 de dezembro de 1502.

Maquiavel apoiou a decisão da sua cidade quanto à execução de Paolo Vitelli, condenado à morte por covardia e traição, pois esse episódio desencadeou uma das suas mais importantes reflexões que passou a estar centrada na sua desconfiança e aversão que passou a nutrir pelos *condottieri*. Ele observou – já de longa data – que os comandantes mercenários não tinham qualquer apego às causas pelas quais eram pagos para lutar. Os *condottieri* e suas tropas, muitas vezes abandonavam seus senhores em meio à batalha, sem qualquer constrangimento. No capítulo XII de *O Príncipe* Maquiavel fez péssimo juízo de valor quanto a essas tropas: “as tropas mercenárias são inúteis e perigosas...Se alguém estiver apoiado em tal classe de forças, não estará nunca seguro; não são unidas aos príncipes, são ambiciosas, indisciplinadas, infiéis, insolentes para com os amigos, mas covardes perante o inimigo.” (MAQUIAVEL: 2016, p. 48). Depois da nefasta experiência que Florença tivera com os irmãos Vitellozzo e Paolo Vitelli, Maquiavel começou a apregoar a necessidade de sua cidade dispor de tropas e milícias próprias, que de acordo com sua crença lutariam com mais denodo e eficiência. Ele organizou as tropas compostas exclusivamente de florentinos, mas essa experiência fracassou por diversas razões que discutiremos em outra oportunidade. A inconstância e indisciplinada das tropas mercenárias no longo assédio contra Pisa, materializada na incapacidade, deslealdade e a notória ausência de profissionalismo militar dos irmãos Vitelli, sem dúvida, foi o fato que mais impressionou Maquiavel nesse acontecimento. Essa inconstância era geral. Certa feita, foi ordenado aos lanceiros suíços à serviço de Florença para marcharem contra as tropas espanholas, uma fração do exército ibérico comandado pelo legendário Gonzalo de Córdoba (1553-1515), que ganharia imortalidade militar na batalha de Cerignola, em abril de 1503, com sua criação denominada de *coronélias*²³. Acontece que entre os

local, os soldados do Duque Valentino os prenderam. E sem demora, César Bórgia ordenou que fossem estrangulados ao cair da noite de 31 de dezembro de 1502.

²³As *coronélias*, inovação militar de Gonçalo Fernandes de Córdoba (1453-1515), o Grande-Capitão de Espanha, deu origem a patente de coronel – do italiano *colunel*, ou seja, aquele que comanda uma coluna - cujo sucesso levou a ser adotada por todos os exércitos da Europa. A criação das *coronélias* por Gonzalo

espanhóis também havia muitos lanceiros suíços. Os suíços a serviço de Florença se recusaram a combater os seus compatriotas e desertaram. Além desse fato, era constante a perigosa indisciplinadas tropas mercenárias: elas se amotinavam qualquer motivo, desde a falta de soldo, pagamento atrasado, por comida ou quando consideravam o saque desinteressante, de modo que costumeiramente desertavam, sem qualquer pudor, das cidades ou dos próprios *condottieri* que os contratavam. Diante dessa realidade, Maquiavel passou a ter a convicção de que Florença devia contar para valer com as suas próprias armas, com soldados nativos da cidade, donde ele passou organizar as milícias compostas de florentinos, que por razões endógenas à realidade de Florença, acabou fracassando.

Na Itália renascentista, praticamente todos os potentados utilizavam soldados mercenários nas suas guerras, realidade esta que Maquiavel queria superar com a sua idéia de tropas próprias recrutadas em Florença, trabalho do qual ele dedicou alguns anos de sua vida. Ele trazia esse aprendizado da antiguidade, especialmente de Roma. Acontece que os camponeses toscanos recrutados por Maquiavel fizeram aparecer os seus ressentimentos quando muitas vezes repugnavam combater por seus algozes senhores de Florença, de forma que a experiência de tropas nativas fracassou rotundamente. Em 1509, finalmente, Florença conseguiu tomar a rebelde Pisa depois de uma dura e dispendiosa guerra que se prolongou por treze anos. Maquiavel, como chanceler, participou de várias missões diplomáticas tais como na França e na Alemanha até a queda da república em 1512 e o retorno dos Médici à Florença. O exército da Santa Liga – antiga aliança reativada pelo Papa Júlio II em 1511 -, formada por forças de Espanha, Veneza, além do referido Papa, ou seja, aliança entre Júlio II e os Habsburgos, contra o rei Luís XII de França - tiveram perdas graves na batalha de Ravena, em abril de 1512, mas o exército francês que se considerou vitorioso, teve, porém, a perda mais importante: a do seu valente chefe Gaston de Foix, considerado

de Córdoba consistiu na reestruturação da infantaria espanhola, numa combinação de piqueteiros com longas lanças, armas de fogo e espadachins, permitindo a neutralização das impactantes e demolidoras cargas de cavalaria. A batalha de Cerignola, abril de 1503, onde Gonzalo venceu os franceses numericamente superiores, marcou a presença plena das *coronélias* nos campos de batalha da Europa, e o nascimento do mito de invencibilidade da infantaria espanhola por quase 150 anos. A partir da segunda metade do século XVI, os coronéis passaram a comandar uma unidade inventada pelos franceses: o regimento. Nessa época, os coronéis, no comando e organização de seus homens em batalha, muitas vezes sucumbiam, diante disso, criou-se a patente de tenente-coronel, o segundo em comando, para evitar a debanda do regimento diante da morte do comandante. As *coronélias* estão na origem dos legendários terços espanhóis, criados por Carlos V, em 1534, fazendo da infantaria castelhana aragonesa a melhor arma européia no século XVI.

um dos maiores comandantes militares da sua época²⁴. Não obstante, as tropas da Santa Liga avançaram empurrando o exército francês cada vez mais para o norte, determinando a queda do regime republicano de Soderini, amparado pelos franceses, adiando, desse modo, as pretensões da Casa de Valois na península.

Assim, o gonfaloneiro Piero Soderini (1450-1522), no dia 1º de setembro de 1512, se dirigiu para o seu amargo exílio em Castelnuovo. No mesmo dia, os Médici entraram na cidade, liderados pelo cardeal Giovanni, filho de Lorenzo, o Magnífico. Giambattista Ridolfi (1448-1514), partidário da família, é eleito gonfaloneiro por 14 meses. O Conselho dos Dez da Guerra foi eliminado e a Chancelaria expurgada. Na sequência, Maquiavel caiu em desgraça, junto aos novos governantes, porque no início de fevereiro de 1513, um jovem chamado Pietropaolo Boscoli (1481-1513), inimigo declarado dos Médici, acidentalmente perdeu um pedaço de papel contendo vários nomes de possíveis conspiradores contra o novo regime. Esse pedaço de papel foi parar nas mãos dos novos governantes de Florença, especialmente dos Médici. Entre os nomes estava o de Nicolau Maquiavel que foi preso e torturado. Mas um acontecimento extraordinário para Florença trouxe à Maquiavel, por anistia, a inesperada liberdade: no dia 11 de março de 1513, o cardeal Giovanni de Médici, filho de Giuliano de Médici assassinado na Conspiração dos Pazzi, em abril de 1478, é eleito Papa, em sucessão a Júlio II, que morreu no dia 20 de fevereiro. Ele adotou o nome de Leão X e sua eleição tomou a cidade de Florença de uma euforia nunca vista antes. Quando a notícia da eleição do primeiro Papa de Florença chegou à cidade os seus habitantes soltaram fogos, repicaram os sinos por vários dias e os presos foram anistiados, entre os quais o próprio Maquiavel, em meio a uma alegria contagiante do povo florentino, pois era a primeira vez que a cidade dava um Papa ao mundo. (HALE: 1963, pp. 117-123).

Nesse mesmo ano ele escreveu o seu livro mais famoso: *O Príncipe*. Na verdade, mais do que um manual de aconselhamento como se supõe, essa obra é o resultado das suas reflexões e experiências diplomáticas, políticas e militares. Nesse livro ele expõe seu pensamento advindo de quatro fatores: **primeiro** da sua vida

²⁴Gaston de Foix (1489-1512), Visconde de Narbona, se revelou em um brilhante comandante militar, impetuoso e incansável. Tombou na batalha de Ravena, no dia 11 de abril de 1512, onde comandou os esquadrões franceses contra as tropas da Santa Liga liderada pelo papa Júlio II, apoiada pela Espanha e constituída de milhares de lanceiros suíços.

pessoal enquanto testemunha ocular dos acontecimentos extraordinários que mudaram o curso da história da Itália a partir da morte de Lorenzo, o Magnífico em 1492, passando pelo governo de Savonarola, a ascensão e queda dos Bórgia, especialmente do duque Valentino, César Bórgia, e pelas invasões francesas de Carlos VIII e Luís XII; **segundo** da sua vasta leitura dos clássicos, especialmente de Políbio de quem ele tirou a sua teoria cíclica e também dos historiadores romanos como Tito Lívio, Suetônio e Tácito; **terceiro** das suas atividades como chanceler nas suas missões políticas e diplomáticas junto à corte papal, à corte francesa, às alemãs e na elaboração dos tratados, e **por fim**, das suas experiências militares, principalmente decorrentes da longa guerra contra Pisa, onde percebeu como ninguém o perigo para os príncipes do emprego de tropas mercenárias devido a sua inconstância e indisciplina passíveis de seguidos amotinamentos, além de testemunhar a incrível fragilidade militar dos italianos diante dos exércitos estrangeiros²⁵. Maquiavel observou que os mercenários não tinham nenhum apego a nada, salvo ao seu soldo, sendo que várias vezes abandonavam os seus próprios chefes e, principalmente as repúblicas e os principados que os contratavam tanto por atraso de pagamento ou quando aparecesse outra causa mais rendosa e até mesmo por covardia. Não sem razão que ele se impressionou com a capacidade de César Bórgia de impor a disciplina e ao mesmo tempo ter devotamento dos seus soldados.

O ano de 1512, com o retorno dos Médici à cidade, apoiado pelas forças da Santa Liga (grande parte constituída pela temível infantaria espanhola), e por conseqüência a perda do seu cargo de secretário na Chancelaria da República de Florença, que lhe garantia a remuneração para sustentar a sua família, tem início a um longo período de atribulações, sempre lidando com a sua sobrevivência pessoal e de sua família, além de sua prisão e tortura em fevereiro e março de 1513. Não obstante, foi o período das suas grandes criações: *O Príncipe* (1513), *Mandrágora* (1518),

²⁵Esse é uma das preocupações que mais açulou o seu pensamento: essa preocupação era também um paradoxo, pois como as Repúblicas e os Principados italianos, que demarcavam a modernidade na Europa do século XV, com sua pujança econômica e intelectual, não conseguiam traduzir esses elementos em força militar. Esse paradoxo tem várias explicações: o próprio pioneirismo da Itália em ter ultrapassado o sistema feudal no século XI, com cidades-repúblicas vigorosas em seu desenvolvimento econômico, com o tempo, com a ascensão das monarquias nacionais cimentadas pelo redescoberto direito romano, principalmente, a criação de sistemas fiscais e tributários, cada mais eficientes com base na nova economia monetária que se instituiu no final da Idade Média, que permitiu aos reis e imperadores financiarem seus exércitos permanentes, foi muito além da realidade das comunas italianas a partir do século XV.

Discursos (1519) e *Da Arte da Guerra* (1520). Nicolau Maquiavel, o homem que mudou o pensamento político, com a verdade efetiva das coisas, morreu tranquilamente no dia 21 de junho de 1527, tendo ainda tempo de assistir os “íngrats” Médici serem novamente expulsos da cidade, e a república restabelecida em Florença, no dia 16 de maio desse mesmo ano.

O PENSAMENTO POLÍTICO EM *O PRÍNCIPE*

Embora Maquiavel jamais tenha usado a expressão “Os fins justificam os meios”, na sua reflexão sobre os assuntos políticos, ele percebeu que ao longo do tempo, os príncipes e heróis que criaram instituições e fundaram Estados, foram louvados quase que exclusivamente pelos seus resultados, sendo olvidados quase sempre, os meios que empregaram para tais fins²⁶. Mas essa ilação é o resultado da revolução metodológica realizada pelo Secretário Florentino quanto ao pensamento político, que para ele está assentada na **verdade efetiva**, dessa forma atento às instituições e aos homens como eles são sem se preocupar como eles deveriam ser²⁷. Maquiavel percebeu que tanto a história do pensamento e bem como das instituições políticas estão assentados no princípio da eficiência dos príncipes, na sua capacidade de instituir Estados, valendo-se de boas armas, e não da sua moralidade ou seu senso de justiça. Maquiavel observou que a política não era a esfera da justiça, mas do poder: conquistá-lo e mantê-lo era um dever do príncipe. E o poder político estava consubstanciado no Estado, nas suas duas formas: república e monarquia. Nesse sentido, vem a ser importante concentrar-se em alguns conceitos duais do mestre florentino: *virtù* (capacidade, mérito) e *fortuna* (sorte, destino), boa e má crueldade, ou seja, crueldade bem e mal utilizada, profeta armado e desarmado e eficiência e moralidade, boas armas e boas leis, príncipes instituidores e consolidadores – conquistadores, legisladores e administradores - que nada têm a ver com os governantes usurpadores.

O termo *virtù* significa, etimologicamente, vontade, força, capacidade, destemor, originado no latim *vir*, de onde derivam as palavras **virtude**, **viril**, **varão**, **varonil**. Daí que uma das qualidades fundamentais da *virtù* é a capacidade militar

²⁶Os fins justificam os meios é ilação dos estudiosos posteriores da obra de Maquiavel.

²⁷Maquiavel fundamentou o seu preceito sobre **Verdade Efetiva** das coisas no capítulo XV de *O Príncipe*.

como deve ser de um *condottiere*. Maquiavel descreve vários exemplos de príncipes e heróis que encarnaram ou foram portadores das virtudes acima descritas. Moisés é o primeiro deles. Ele teve a sorte, (circunstância) de encontrar os hebreus sob o jugo dos egípcios, de modo que teve a *virtù* (capacidade) para reuni-los para sua retirada à Terra Prometida. Por ocasião da sua descida do Monte Sinai, Moisés encontrou o seu povo adorando um bezerro de ouro. Em meio à crise que emergia ele teve que agir. De acordo com Êxodo: 32, ele chamou ao seu lado os levitas, que era sua tribo, armou e mandou-os passar por todo o arraial, onde três mil hebreus foram mortos, como punição ao ato de adorar o bezerro de ouro. Assim, a crise foi superada e ele impôs as suas leis. Moisés teve a *virtù* de se tornar um profeta armado, quando fez dos levitas uma espécie de polícia do arraial, de forma a utilizar com eficiência da “boa crueldade”, ou seja, “a crueldade bem utilizada” quando ordenou a citada punição aos idólatras do acampamento, sem o qual teria sido impossível impor as suas leis (leis mosaicas). Outro príncipe instituidor, considerado nessa dimensão, foi Rômulo que antes de fundar Roma, se valeu do assassinato de seu irmão Remo, a golpes de enxada, para perpetrar seus objetivos. Maquiavel observou que sem o assassinato de Remo, Roma jamais existiria, pois caso ele vivesse a guerra civil entre os irmãos seria inevitável. Nesses casos, para Maquiavel, a crueldade foi bem empregada, resultando em instituições perenes, e o que é mais importante utilizada por príncipes armados, na dimensão dos instituidores e que se beneficiaram da sorte, diante das circunstâncias em que estavam inseridos, mas primordialmente, se valeram das suas virtudes. Os grandes fundadores de Estados foram profetas armados e somente nessa condição é que eles conseguiram vencer. O caso mais evidente para Maquiavel, como já vimos, é o do Frei Savonarola que a despeito de seu carisma era um profeta desarmado, tal como Isaac Deutsch, alguns séculos depois, denominaria o revolucionário russo Leon Trotski (1879-1940). Os príncipes que fundam os estados novos, tanto principados bem como repúblicas, exercem seu poder mais sob o rigor das armas – força – do que o equilíbrio das leis. Os Estados em construção estão naturalmente mais sujeitos à violência dos príncipes do que os Estados já consolidados, pois aqueles têm que afirmar e fortalecer as suas instituições ao passo que nesses, as instituições já estão consagradas pelo povo. Rômulo jamais teria fundado Roma senão tivesse antes assassinado o seu irmão Remo, pois a vivência deste resultaria em guerra civil entre ambos, mais cedo ou mais tarde o que levaria à destruição de Roma antes da consolidação das suas instituições. A fundação de Estados e instituições políticas têm sua própria lógica que não se coaduna

com a moral cristã tradicional, e mesmo com o sentido de justiça preconizado pelo jusnaturalismo antigo, de forma que a violência física é inerente à construção dos Estados e mesmo das instituições políticas.

Maquiavel, como asseverou o professor Olivier Nay não é um teórico do Estado no sentido estrito, embora ele tenha feito a mais famosa classificação do Estado que permanece na modernidade: estes são repúblicas ou monarquias. Seu pensamento assentado na via moderna nominalista, que parte da concretude do ser, enfeixa a figura do príncipe e do governante e o modo como eles conquistaram e mantiveram o poder e instaurando, legislando e administrando o Estado.

Mesmo se é um dos primeiros autores a empregar a palavra *status* no seu sentido moderno, Niccolò Machiavelli (1469-1527), não é, propriamente falando, um teórico do Estado. Preocupado em dar soluções para a instabilidade das cidades italianas na virada do século XVI, sua filosofia não se interroga sobre os fundamentos abstratos do Estado, mas sobre a maneira concreta de governar. (NAY: 2007, p. 145).

Na dimensão da ação dos potentados podemos afirmar que existiram, ao longo da história, dois tipos distintos de príncipes, além da sua clássica classificação de profetas armados e desarmados: **príncipes instauradores** ou instituidores que podem ser príncipes **conquistadores**, tais como Moisés, Teseu, Rômulo, o imperador Qin Shihuang (259-210 a. C. da dinastia Chin); Constantino, o Grande (272-337), fundador de Constantinopla; rei franco Clóvis (465-511); Maomé (570-632); Otão, o Grande (912-973), Osmã I (1258-1326), entre outros que fundaram novos Estados. Muitas vezes os príncipes conquistadores são instituidores de novos Estados, mas por vezes não conseguem consolidar a sua conquista, como por exemplo, Alexandre, o Grande e Gengis Khan, mas mesmo assim entregaram suas conquistas prontas e sólidas aos seus sucessores. Podemos classificar ainda os instauradores, em uma definição mais confluída, de príncipes instauradores puros, que são os que não conquistaram outro povo para instituir um novo Estado, tal como Romulo, ao fundar Roma e a rainha Dido ao fundar Cartago. Os príncipes instauradores estão sob a perspectiva *ex parte principis* cuja ação visa a conquista e a unidade do poder.

E os príncipes **consolidadores**, que na esteira daqueles, afirmaram e consolidaram as instituições políticas existentes, para a segurança e paz dos seus súditos e cidadãos; ou mesmo conquistaram novos domínios para consolidar sua

hegemonia sobre seu próprio principado ou o principado conquistado. Os príncipes instauradores são ao mesmo tempo raposas e leões, enquanto que os príncipes consolidadores como legisladores e administradores são raposas e os conquistadores puros são leões. Os príncipes **consolidadores**, visando a legitimação do poder estão sob a perspectiva *ex parte populi*, podem ser divididos em dois grupos: **legisladores** e **administradores**, sendo que os príncipes instauradores ou conquistadores podem se constituir em consolidadores. Entre os **príncipes conquistadores** que muitas vezes são os instauradores, figuram os reis persas Ciro (600-530 a.C.) e Dario (550-486 a.C.), o macedônio Alexandre Magno (356-322 a.C.), o romano Júlio Cesar (100-44 a.C.), os califas Ortodoxos entre 632 e 661 e califas Omiadas entre 661 e 750, o rei franco Carlos Magno (742-814), o normando Guilherme (1028-1087), o Conquistador, o mongol Gengis Khan (1162-1227), o sultão turco Mehmet II, o Conquistador (1432-1481), entre outros que viveram antes de Maquiavel. Os **príncipes legisladores** podem ser considerados extensão dos instauradores ao consolidarem os novos Estados, por meio de boas leis e legislação condizente com a realidade dos respectivos povos, e também podem ser classificados como administradores. Entre os **legisladores** estão Moisés (século XII a.C.), Licurgo de Esparta (800-730 a.C.), Sólon (640-560 a.C.), Clístenes (565-492 a.C.), Imperador Justiniano I, entre 527 e 565 (administrador), Alfredo, o Grande, entre 871 e 899 (administrador). Entre os **príncipes consolidadores administradores** estão a maioria dos faraós das 18ª e 19ª dinastias, o rei Davi (reinado 1003-970 a.C.), o rei Salomão (reinado 970-931 a.C.), Péricles de Atenas (495-429 a.C.), os imperadores romanos Otávio Augusto César (63 a.C.- 14 d.C.), Adriano (76-138), Antonino Pio (86-161), Marco Aurélio (121-180), o imperador bizantino Justiniano (reinado 527-565), e a maior parte dos imperadores de Constantinopla até a sua queda em 1453, a dinastia Abássida a partir de 750, especialmente, o califa Harum Al-Rachid (763-809), o rei inglês Henrique II (1133-1189), institucionalizou o *common law*, o rei francês Felipe II, Augusto (1165-1223), o rei inglês Henrique III (1207-1272), o rei francês Luís IX (1214-1270), Lourenço de Médici (1449-1492), em Florença e o rei francês Henrique IV (1553-1610).

Os príncipes instituidores na ação de instaurar novos Estados (repúblicas e principados), não aferiam ou estavam afetados pelas questões de direito natural, mas na pura vontade. As leis deveriam ser o suporte da liberdade e tranquilidade dos cidadãos (atualmente pessoas). A instauração do Estado significava a instituição da

política, por conseguinte, a edificação da lei, como bem observou Duvernoy ao comentar uma passagem de Maquiavel:

Para Maquiavel, portanto, a política é instauração da lei, lá onde esta última não existia; ela confere ao homem uma dimensão que transfigura sua existência até aí individual e dispersa; a nação se acha engendrada pelo ato recíproco de virtudes. Nosso florentino pertence portanto a uma tradição filosófico-política, que ele mesmo ilustrou de maneira incontestável: aquela para a qual não existe nenhum direito “natural”. Para ele, direito algum precede ato positivo pelo qual ele adquire realidade e efetividade na história dos homens. A nação retira seu direito de seu próprio surgimento: nenhuma instância natural ou teológica garante-lhe o exercício de direitos que ela teria desde então somente de fazer valer. Tanto como a própria nação, o direito não é virtual antes de ser real. Esta dependência do maquiavelismo dos sistemas de “direito positivo” introduz uma relação nuançada com uma de suas fontes intelectuais mais importantes: as *Histórias* de Políbio. (DUVERNOY: 1984, p. 122).

Os príncipes instituidores de Estados eram também instauradores da lei e do direito nos novos Estados. Dessa forma, para Maquiavel, o direito nascia com a fundação dos Estados pelos príncipes instituidores, tais como Moisés, Licurgo, Rômulo e Maomé, por exemplo. No capítulo V, encimado como “O modo de administrar as cidades ou principados que antes de conquistados tinham sua própria leis”, ele exemplifica o papel dos príncipes consolidadores nas suas três dimensões de conquistadores, legisladores e, sobretudo, de administradores²⁸:

Quando se conquista um Estado acostumado a viver em liberdade e sob suas próprias leis, há três modos de mantê-lo: o primeiro consiste em arruiná-lo; o segundo, em ir nele residir; o terceiro, em permitir-lhe continuar vivendo com suas próprias leis, impondo-lhe um tributo, e instituindo um governo composto de umas poucas pessoas do lugar, que sejam amigas. Como tal governo, criado pelo soberano, sabe que não poderá existir sem sua amizade e proteção, fará tudo ao seu alcance para mantê-las. Mais ainda: a cidade habituada à liberdade pode ser dominada mais facilmente por meio dos seus cidadãos do que de qualquer outra forma, desde que se queira preservá-la. (MAQUIAVEL: 1982, p. 45).

Maquiavel observou em César Bórgia (1475-1507), intitulado duque de Valentinois por Luís XII, rei de França – duque Valentino para os italianos – como um possível príncipe instaurador, possuindo *virtù* para tanto, mas com a rapidez de um raio, foi traído pela *fortuna*, quando seu pai morreu em 1503. Para o Chanceler

²⁸O título original do capítulo V do *O Príncipe* é o seguinte: *Quo modo administrandae sunt civitates vel principatus qui ante quam occuparentur suis legibus vivebant.*

Florentino, César Bórgia, no vigor de sua juventude, tinha todas as virtudes de um **príncipe instaurador e conquistador**: audácia entremeada de uma dose exata de crueldade, mantida sob a aparência de uma bondade infinita, inteligência aguda e grande capacidade política e militar²⁹. Dessa forma, César Bórgia seria o **príncipe instaurador e conquistador** para unificar e construir uma Itália forte tal como muitos italianos tanto ansiavam? Para Maquiavel, na Itália do final do século XV e início do XVI, era o único homem na península que reunia a *virtù* de um príncipe instaurador. Nesse sentido, em 8 de novembro de 1502, Maquiavel escreveu o seguinte sobre César Bórgia: **O duque Valentino não pode ser considerado como outros príncipes sem importância, mas deve ser visto como uma nova força na Itália.** (HALE: 1963, p. 67). Na verdade, essas virtudes de César Borgia estavam revestidas com o manto da fortuna, portanto versada pelas circunstâncias dos fatos e da boa sorte, o que era muito frágil para um príncipe de *virtù*. As bases do seu poder eram, na verdade, muito frágeis: estavam ancoradas nas circunstâncias da fortuna e não na solidez da virtude. No capítulo VII de *O Príncipe*, Maquiavel analisa mais detidamente a figura de César Bórgia quando ele exemplifica duas maneiras de se tornar príncipe, uma por *virtù* e outra pela *fortuna*, comparando o filho do Papa Alexandre VI, com o Duque de Milão:

Quero agora aduzir dois exemplos, ainda recentes em nossa memória, relativos às duas maneiras de se tornar príncipe, isto é, por virtude ou por fortuna: refiro-me a Francesco Sforza e a César Bórgia. Francesco, pelos devidos meios e com o concurso de sua grande virtude, de homem comum tornou-se duque de Milão – e aquilo que, com mil aflições, conseguiu conquistar, com pouco esforço manteve. Por outro lado, César Bórgia, mais conhecido como duque Valentino, conquistou o poder graças à fortuna do pai e com ela mesma perdeu, conquanto tenha agido e feito tudo aquilo que um homem prudente e virtuoso deveria ter empreendido a fim de lançar raízes nos territórios que as armas e a fortuna alheias lhe haviam concedido. Pois, como se disse acima, quem antes não constrói os alicerces pode, com grande virtude, fazê-los depois, ainda que se sobrecarregue o arquiteto e se ponha em risco o edifício. (MAQUIAVEL: 2010, p. 66).

Nesse sentido, Maquiavel estabelece os seus dois modelos de príncipes de *virtù*, mas que não obstante isso, um deles foi esmagado pela contrariedade da fortuna, sempre inconstante e imprevisível, como podemos ver no quadro abaixo:

²⁹O historiador Ivan Cloulas escreveu uma excelente biografia sobre César Bórgia, onde ele descreveu a ascensão e a queda do duque Valentino.

OS DOIS MODELOS MAQUIAVELANO DE FORTUNA E DE VIRTÙ	
FRANCISCO SFORZA 1401-1466	CÉSAR BÓRGIA 1475-1507
<i>Condottiere</i> Duque	Duque <i>Condottiere</i>
Duque de Milão	Duque Valentino
<i>Virtù</i>	<i>Virtù</i>
Boa Fortuna	Má Fortuna
Manteve o poder pela <i>virtù</i>	Poder destruído pela <i>fortuna</i>

O primeiro conquistou o poder por meio de virtude e o segundo pela fortuna. Apesar da grande capacidade militar do duque Valentino, contrariamente de Francesco Sforza (1401-1466), que ascendeu ao ducado de Milão, pela virtude inclusive casando-se com Bianca Visconti, dependia da manutenção do seu poder das circunstâncias da fortuna, que acabou sendo fator da sua destruição³⁰. César Bórgia contava com suas próprias tropas, ainda que pouco confiáveis, devotavam grande apreço ao seu comandante, mas suas ações políticas e militares dependiam da *fortuna* de seu pai, por isso estava calcada em pés de barro. A força de César Bórgia, diante disso, era aparente, pois ela estava colada unicamente na sorte. Subjetivamente, o duque Valentino era um príncipe de grande capacidade militar e política, mas objetivamente suas ações estavam ligadas umbilicalmente à boa sorte do seu pai Papa Alexandre VI, enquanto este viveu. Assim, quando este morreu em 1503, suas virtudes sucumbiram diante da profusão dos fatos que saíram do seu controle. Por isso, os novos ventos gelados da fortuna, que passaram soprar sobre a complexa realidade política italiana, o conduziram a ruína com a rapidez de um raio, sendo o jovem César Bórgia, a mais importante vítima dos erros que o rei Luís XII cometeu na sua incursão na Itália, apontados por Maquiavel no capítulo III do seu tratado.

Enquanto Francisco Sforza se valeu unicamente de seu valor (*virtù*) para conquistar o poder em Milão, o duque Valentino, ao contrário, baseou suas ações amparadas nos ombros de seu pai Alexandre VI, além disso, contava com apoio das

³⁰Francisco Sforza era um *condottiere* que ficou célebre por sua tremenda força física capaz de vergar barras de ferro. Na condição de *condottiere* estava a serviço de Milão, percebendo a fragilidade da nobre e gibelina família Visconti que governava a cidade, articulou-se para assumir o poder. Nesse sentido, além de se impor pelas armas derrotando em batalha Filipe Maria Visconti que era apoiado por forças aragonesas, casou-se com Bianca Maria Visconti, por meio dessa aliança assegurou o poder contra a referida família, proclamando-se duque de Milão em 25 de março de 1450. Assim, o *condottiere* Francisco manteve de forma sólida no poder até sua morte em 1466, deixando para seu filho Ludovico, o Mouro, um principado forte e temível levando adiante a glória da família Sforza. Ludovico Sforza protegeu e patrocinou filósofos, escultores, escritores e artistas, entre os quais Leonardo da Vinci.

tropas francesas do rei Luís XII, portanto, escudado por armas alheias. O primeiro se valeu da *virtú* e o segundo na *fortura*. E esse foi o prenúncio da desgraça que se abateu sobre o jovem Bórgia: o Papa Alexandre VI morreu, repentinamente, em 1503, fazendo com que as relações políticas estabelecidas por ele no complexo cenário italiano, determinassem a queda do duque Valentino, apesar deste ter feito tudo certo e não obstante possuir todas as virtudes necessárias a um príncipe instituidor e consolidador que descrevemos acima³¹. No entanto, para Maquiavel, César Bórgia cometeu um erro grave, mas que era próprio da sua nobre natureza: confiou na palavra e na promessa de um inimigo contumaz, que no caso era o Papa Júlio II – na sucessão do Papa Pio III - um notório inimigo do seu pai, quando era o cardeal Giulio della Rovera (1443-1513). Antes mesmo disso, o duque Valentino poderia ter impedido a eleição do cardeal Giulio della Rovera, mas não o fez muito em razão de sua saúde abalada, deixando um inimigo tornar-se Papa e auferir de poderes políticos imensos. Sem falar que o cardeal Giuliano como Papa Júlio II, se mostrou um militar notável, cuja capacidade rivalizou com a do próprio César Bórgia. Giulio della Rovera sabia disso, por isso tratou de minar a força de César Bórgia no intrincado e complexo cenário político da Itália.

César, vencido “por uma extraordinária e ilimitada contrariedade da fortuna”, sai portanto, vencedor do rigoroso exame de técnica política, a que submete Maquiavel. Não cometeu falta alguma; “nada desprezou de quanto um homem prudente e hábil”, de grande coragem e de grande ambição, supremamente dotado de *virtu*, “devia fazer para radicar-se profundamente nos Estados que lhe haviam alcançado as armas alheias e a fortuna”. Seu proceder, no qual Maquiavel “nada acha, diz ele, a criticar”, pode ser apresentado como modelo, não obstante o desastroso resultado final, a todos os príncipes novos que se acham no mesmo caso, e até, segundo parece, aos outros. (CHEVALLIER: 1998, PP. 30/31).

Assim, a boa *fortuna* abandonou o duque Valentino, e como a sua força militar estava assentada na sorte, a despeito da sua imensa capacidade (*virtù*), ele decaiu tragicamente, encontrando a morte em combate com apenas 32 anos, próximo à sua esposa Charlotte d’Albret, irmã do rei de Navarra. Não foi por acaso, o fascínio exercido por César Bórgia em Maquiavel que lhe seguiu pelo resto da sua vida, dotado de capacidade sem igual, mas cuja força militar era das armas alheias, sem o seu

³¹ O Papa Alexandre VI, Bórgia (1431-1503) foi sucedido no trono de São Pedro pelo Papa Pio III (1439-1503), que exerceu seu pontificado por apenas 26 dias entre 22 de setembro e 18 de outubro de 1503. Este foi sucedido, por sua vez, pelo inimigo dos Bórgias cardeal Giulio della Rovera – Júlio II, o que foi determinante para a ruína do duque Valentino.

próprio exército, portanto, enquanto a sorte esteve do seu lado, ele pode executar e exercitar todas as suas qualidades de político e de militar. Segundo Maquiavel ele fez tudo certo, como um verdadeiro príncipe instaurador, mas as circunstâncias que seguiram a morte do seu pai Papa Alexandre VI em 1503, quebrando as alianças firmadas pelo pontífice e que Luís XII não foi capaz de continuar, foram fatais para o jovem duque Valentino (César Bórgia).

No Renascimento, afirmou o historiador suíço Jacob Burckhardt, o Estado é uma obra de arte. Assim como a arte renascentista é o resultado do trabalho de artistas de talento e genialidade, o Estado era concebido e instituído por príncipes (líderes políticos) que concatenavam a *virtù* e a *fortuna*. César Bórgia era um príncipe de *virtù*, um verdadeiro *condottiere*, mas foi derrotado pela inconstância da *Fortuna*, decretada pela morte do seu pai. Skinner escreveu o seguinte sobre o malfadado destino do duque Valentino, destruído pela sorte adversa:

Por analogia, conclui que a moral a extrair da carreira de César Bórgia é que um príncipe deve sempre contar mais sua própria *virtù* do que com os favores da Fortuna ao procurar ‘conservar seu estado’. Tendo adquirido o poder inteiramente ‘por meio da boa fortuna do seu pai’, César estava particularmente sujeito a perdê-lo tão cedo a sorte o desertasse. Isso, aliás, sucedeu com terrível presteza, de modo que ‘o que ele instituiu foi em vão’, e terminou a vida como uma presa ‘extraordinária e desordenada malícia da Fortuna’. (SKINNER: 1996, p. 141.).

A questão da *fortuna* era tão cara a Maquiavel, que ele dedicou um capítulo XXV do *Príncipe*, “O poder da sorte sobre o homem e como resistir-lhe”, onde analisou a influência e a importância da sorte na vivência dos homens – especialmente dos príncipes - e como se pode lidar com ela. Na mitologia romana, a *Fortuna* era uma deusa, filha de Júpiter famosa por sua inconstância, figurada como uma divindade desprovida da racionalidade serena, muitas vezes tomada pela fúria. “Aqueles que passam de homens privados a príncipes exclusivamente por obra da fortuna o conseguem com pouco esforço, mas a muito custo se mantêm; não encontram nenhum obstáculo no caminho, já que o sobrevoam: mas todas as dificuldades nascem depois que são empossados” (MAQUIAVEL: 2010, p. 65). É importante ressaltar que o seu livro *O Príncipe* antes de ser um receituário para a conquista e manutenção do poder, é um tratado de política, uma análise arguta, dentro do seu método da verdade efetiva, como os Estados são instituídos e mantidos por príncipes capazes e virtuosos, muitas

vezes sob as circunstâncias benfazejas da *fortuna*, e como também os Estados são perdidos e arruinados por príncipes que não tiveram a capacidade de assegurar os seus domínios, donde emerge as virtudes dos príncipes instauradores e consolidadores de instituições políticas, que estão na origem dos Estados sólidos, com boas armas e boas leis constituindo os grandes principados e repúblicas transformadores.

A ESTRUTURA DE *O PRÍNCIPE*

Maquiavel dividiu seu livro *O Príncipe* em 26 capítulos, que por sua vez, podem ser repartidos em **quatro partes**: na **primeira**, estão os tipos de principados classificados de hereditários, mistos, novos, civis e eclesiásticos nos capítulos I, II, III, IX e XI; na **segunda**, os modos de adquirir (conquistar) e governar (manter) os principados ou como e porque príncipes perdem seus Estados, nos capítulos IV, V, VI, VII, VIII, X e XXIV; na **terceira** o tipo ou forma de forças militares usadas pelos príncipes para os seus desígnios e os profetas armadas com boas armas sempre vencem, nos capítulos XII, XIII e XIV; e na **quarta** parte ele expõe as qualidades essenciais de um príncipe e a forma como ele deve agir com o povo para evitar ser odiado por este, nos capítulos XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII e XXVI, sendo este último, um capítulo especial onde ele exorta os italianos a se unirem contra os invasores estrangeiros da península, a quem o papa Júlio II – e o próprio Maquiavel nesse capítulo - denominou com certo desprezo de bárbaros³².

De modo geral, o livro *O Príncipe* tem a seguinte configuração: Capítulo I – Os vários tipos de Estado, e como são instituídos. Capítulo II – As monarquias hereditárias. Capítulo III – As monarquias mistas. Capítulo IV – Por que o Reino de Dario, ocupado por Alexandre, não se rebelou contra os sucessores deste, após a sua morte. Capítulo V – O modo de administrar as cidades ou Estados que antes de conquistados tinham suas próprias leis. Capítulo VI – Os novos domínios, conquistados com valor e as próprias armas. Capítulo VII – Os novos domínios, conquistados com armas alheias e boa sorte. Capítulo VIII – Os que com atos criminosos chegaram ao governo de um Estado. Capítulo IX – Principado Civil.

³² A presente divisão, neste artigo, em quatro partes de *O Príncipe* foi elaborada antes da leitura do livro **Reflexões sobre Maquiavel** de Leo Strauss. Este assim dividiu o referido livro de Maquiavel: “Numa perspectiva mais concreta *O Príncipe* consiste de quatro partes: (1) os vários tipos de principados (caps. 1-11); (2) o príncipe e seus inimigos (caps. 12-14), (3) o príncipe e seus súditos e amigos (15-23), (4) a prudência e o acaso (caps. 24-26).” (STRAUSS: 2015, p. 74).

Capítulo X – Como avaliar a força dos Estados. Capítulo XI – Os Principados Eclesiásticos. Capítulo XII – Os diferentes tipos de milícia e de tropas mercenárias. Capítulo XIII – Forças auxiliares, mistas e nacionais. Capítulo XIV – Os deveres do príncipe para com seus soldados. Capítulo XV – As razões pelas quais os homens, especialmente os Príncipes são louvados ou vituperados. Capítulo XVI – A liberdade e a parcimônia Capítulo XVII – A crueldade e clemência, se é preferível ser amado ou temido. Capítulo XVIII – A conduta dos Príncipes e a boa fé. Capítulo XIX – Como se pode evitar o desprezo e o ódio. Capítulo XX – A utilidade de construir fortalezas e de outras medidas que os Príncipes adotam com frequência. Capítulo XXI – Como deve agir um Príncipe para ser estimado. Capítulo XXII – Os ministros dos Príncipes. Capítulo XXIII – De que modo escapar aos adutores. Capítulo XXIV – As razões por que os Príncipes da Itália perderam seus domínios. Capítulo XXV – O poder da sorte sobre o homem e como resistir-lhe. Capítulo XXVI – Exortação à libertação da Itália, dominada pelos bárbaros.

Maquiavel em linhas gerais, no primeiro capítulo desse livro, definiu sumariamente, que “todos os Estados que existem e já existiram são e foram sempre repúblicas ou monarquias”, e também como os principados são instituídos pela sorte e principalmente pelas virtudes do príncipe. Ele dessa forma, reconheceu apenas dois tipos de Estados: repúblicas ou monarquias. Essa classificação rompe com a tipologia clássica derivada da abordagem platônico-aristotélica: governo de um (monarquia), o governo de poucos (aristocracia) e o governo de muitos (politéia), com as suas formas corruptas: a tirania forma impura e corrupta da monarquia, a oligarquia degeneração da aristocracia, e a democracia forma corrompida da politéia, embora em outras classificações se coloque a democracia como forma boa e demagogia como forma degenerada³³. Vários autores modernos estabeleceram classificação diferente, onde colocam a democracia como uma forma boa de governo, em contrapartida a demagogia que é a sua forma degenerada ou corrompida. No entanto, para Platão, crítico feroz da democracia ateniense, esse regime era degenerado, pois ele o responsabilizava pela derrota de Atenas para Esparta na Guerra do Peloponeso e pela condenação e morte de seu mestre Sócrates por meio da ingestão de cicuta em 399 a. C. Desta forma, a classificação clássica original, é a seguinte:

³³A tipologia clássica, geralmente atribuída a Aristóteles classifica as formas de governo em monarquias, aristocracias e democracias, sendo estas últimas colocadas sempre entre as formas boas de governo. Em contraposição a democracia como forma boa classifica-se a demagogia.

TIPOLOGIA PLATÔNICA-ARISTOTÉLICA DE FORMAS DE GOVERNO		
FORMAS BOAS		
Monarquia	Aristocracia	Politéia
FORMAS DEGENERADAS		
Tiranía	Oligarquia	Democracia

Em contraposição a essa tipologia tripartida, Maquiavel reconheceu apenas duas formas de Estado, que ele deu a conhecer no sintético primeiro capítulo do seu livro *O Príncipe*:

ESTADOS	
Repúblicas	Monarquias

A respeito da classificação dual estabelecida por Maquiavel, que rompeu com a tradição anterior de ver a organização política, o professor Miguel Vatter, escreveu que o Secretário florentino se afastou definitivamente com duas tradições solidamente sedimentadas no universo cristão medieval: a estabelecida pela filosofia política clássica de Platão, Aristóteles e Cícero, que já vimos acima, e a monoteísta abraâmica, com origens na Caldéia, e principalmente no Egito Antigo, com o faraó Amenófis IV. (VETTER: 2017, pp. 68-70). Norberto Bobbio salientou a importância dessa classificação inovadora instituída por Maquiavel no seu famoso tratado, que com várias nuances, vem até os dias atuais:

Maquiavel substitui a tripartição clássica platônica-aristotélica-polibiana por uma definição dual ou bipartida. Assim, as formas de governo passam de três a duas: principados e repúblicas. O principado corresponde ao reino; a república, tanto à aristocracia como à democracia. A diferença continua a ser quantitativa (mas não só quantitativa) e é simplificada: os Estados são governados ou por uma só pessoa ou por muitas. Essa é a diferença verdadeiramente essencial. (BOBBIO: 1997, p. 84).

Para Maquiavel, existem cinco tipos de principados: os hereditários, os novos, os mistos, os civis e os eclesiásticos. Muitas vezes os novos podem ser também mistos. Os primeiros são mantidos, geralmente, por uma longa linhagem dinástica que mantém a sua estabilidade institucional. Os segundos, por serem novos, são mais problemáticos quanto ao seu aspecto constitucional, pois o novo príncipe tem que fundar instituições que devem estar ao máximo de acordo com o povo do principado. As formas pelas quais se conquista e se governa um principado é uma das mais importantes preocupações de Maquiavel, principalmente no que tange aos principados novos. Quentin Skinner escreveu que para Maquiavel havia duas vias principais pela qual

pode se adquirir um principado: pelas qualidades da *virtù* ou pelo dom da *fortuna*, nesse ponto ele enfoca o caso de César Bórgia, que adquiriu o seu principado (Estado) graças à boa fortuna das circunstâncias e não pela sua *virtù*, embora ele a tivesse muito. (SKINNER: 1996, p. 141). O duque Valentino foi um príncipe de *virtù*, mas que em um sentido estava apoiado unicamente na *fortuna*, o que foi a causa determinante da sua ruína. Sobre a inconstância da *fortuna* Skinner escreve o seguinte: “o que o autor (Maquiavel) mais ressalta, porém, é o caráter instável da deusa, de que resulta ser louco todo aquele que confiar, por alguma duração de tempo, em seus favores.” (SKINNER: 1996, p. 141). A par disso, a ação do príncipe deve ser tanto *onesta*, ou seja, baseada na honestidade bem como *utile* ou, por outra, com finalidades úteis para o seu povo (SKINNER: 1996, p. 140). Existe ainda um terceiro modo ou caminho pela qual se pode adquirir um principado: a crueldade e a perversidade que constitui o príncipe usurpador.

Maquiavel era tributário, ao menos metodologicamente, do nominalismo também denominado via moderna, que teve seu grande expoente Guilherme de Ockham (1285-1349), que a partir do século XIV, suplantou a Escolástica tradicional baseada no realismo extremo (Guilherme de Champeaux) e no realismo moderado (Santo Tomas de Aquino), ambos afirmavam, nos respectivos graus, a realidade dos conceitos universais. Não que ele fosse um nominalista acadêmico ou até mesmo soubesse que assim o era, mas quando ele salienta os valores individuais e a figura individual do príncipe por meio da verdade efetiva ele está sendo um nominalista. No seio da Escolástica, entre o século XI e XIV, aconteceu o mais importante movimento filosófico da Idade Média: de um lado, os filósofos realistas e de outro, os nominalistas se digladiaram na porfia das universais. Os primeiros afirmavam que os **universais** – conceitos gerais – não são palavras vazias, mas eram constituídas de sentido e de existência própria³⁴. Por exemplo, o conceito universal de Homem era universal,

³⁴O Problema dos Universais foi o debate filosófico mais importante da Idade Média que foi travado entre os realistas e os nominalistas. O Realismo, cuja origem está na filosofia de Platão, afirmava que os conceitos gerais ou universais, tais como Humanidade, Floresta eram reais, ou seja, tinham substância de coisas. Para Platão, os homens existentes são cópias imperfeitas do Homem do mundo perfeito das idéias, ou por outra, do Homem Universal, e assim com outros seres e coisas também. Todos os homens partilham a universalidade do conceito Homem. Todos os sapatos partilham da universalidade do conceito sapato sendo as diferenças entre eles meramente acidentais. Esse é o substrato do Realismo que na verdade é Idealismo. O Nominalismo ao contrário afirma que o conhecimento começa pelas coisas individuais intuídas pela nossa percepção e que os conceitos gerais ou universais são meros nomes sem qualquer concretude. O conhecimento começa pela percepção e intuição individual das coisas. O nominalista vê a árvore e não a floresta que para ele não passa de um nome. Cada árvore tem a sua

porque ele abarcava todos os homens, sendo que a diferença entre eles era apenas acidental como tamanho, cor, raça, densidade corpórea, etc. Assim, sapato, livro e outros conceitos de modo que as diferenças entre eles não alterava a substância sapato ou livro. O conceito de Estado não pode ser percebido por nossos sentidos, mas ele tem realidade em si, percebida pela razão. Esse era fundamentalmente o realismo extremo para quem os conceitos universais tinham realidade. Em oposição a essa visão o filósofo Jean Roscelino (1050-1120) defendeu que os universais eram sim palavras abstratas, meros nomes construídos por nosso espírito a partir de coisas individuais e concretas. Roscelino vem a ser o primeiro grande nominalista, que atacou permanentemente o realismo extremo, que na verdade é o idealismo escancarado de Platão com roupagem cristã.

Para contrapor ao argumento dos realistas, que afirmavam a concretude dos conceitos gerais, Roscelino levantava a sua máxima: vejo o cavalo (termo singular e concreto), não vejo a equinidade (termo universal e abstrato). É como afirmar vejo a árvore não vejo a floresta. Para os nominalistas como Roscelino, os termos universais eram apenas *flatus vocis* sem a concretude dos termos individuais. Assim, nasceu o nominalismo que foi levado ao nível de escola por Guilherme de Ockham, cuja concepção denominada “navalha de Ockham”, asseverava que todo conhecimento começava pela intuição, e não pela pura razão como defendiam os realistas (idealistas) com seus conceitos universais, ou seja, pela realidade dos entes individuais. Para o nominalista o que importava era a concretude da palavra árvore que ele via na sua frente e não o conceito abstrato de floresta que para ele não passava de um nome. O nominalismo dessa forma vai criar as vias para o desenvolvimento da ciência e do individualismo. Maquiavel, sem dúvida, era tributário intelectual da via moderna e do empirismo de Guilherme de Ockham, principalmente, dentro do princípio de que todo conhecimento começa pela intuição, portanto da observação da realidade, dos entes individuais e particulares que em seu desdobramento são eventos e objetos e são objetos abstratos ou concretos. O centro da ontologia nominalista, portanto, de Guilherme de Ockham, é o indivíduo e o particular, sendo os conceitos universais ou gerais meras palavras.

De certa forma, a ideia de *virtù* somente pode avançar dentro dessa perspectiva

própria natureza que não é partilhada pelo conceito universal de árvore.

criada pelo nominalismo. É importante frisar que para Maquiavel o conceito de Estado era uma instância concebida pelas ações concretas e individuais dos príncipes e nesse aspecto ele era um nominalista. A partir disso o príncipe deve necessariamente ter *virtù* para conquistar e manter o seu Estado. Maquiavel observou que ao longo da história a força bruta tornou-se um dos elementos mais importantes da política, embora ela fosse sempre, por mil artifícios, ser dissimulada com discursos justificadores. A força bruta muitas vezes foi confundida com a crueldade o que de fato acontecia em grande parte das ações, mas isso não desfazia e nem degradava a iniciativa dos príncipes, como bem frisou o Secretário-chanceler florentino no capítulo XVII do seu livro *O Príncipe*, intitulado “A crueldade e a clemência, se é preferível ser amado ou temido”, onde argumentou que a crueldade de César Bórgia, reergueu e pacificou a Romanha. Existe aqui na ação do duque Valentino para pacificar a Romanha, dois elementos decisivos: o emprego da boa crueldade e do bom manejo da política das aparências. Nesse sentido, ele trouxe o exemplo, no capítulo VII de *O Príncipe*, “Os novos domínios, conquistados com armas alheias e boa sorte” onde ele aborda o caso de Ramiro de Lorqua, um dos lugares-tenentes de César Bórgia, onde estão contidos aqueles dois elementos:

Assim, após conquistar a Romanha, antes comandada por senhores fracos, os quais preferiam espoliar seus súditos a corrigi-los, disseminando entre eles a desunião em vez da união – tanto que aquela província era repleta de latrocínios, brigas e todo tipo de insolência -, o duque achou por bem submetê-la a um governo firme, a fim de pacificá-la e torná-la obediente ao braço régio; para tanto ele nomeou Ramiro de Lorqua, homem cruel e expedito, a quem conferiu plenos poderes. Em pouco tempo, seu preposto pacificou e uniu a província, conquistando enorme reputação. Então o duque julgou inconveniente tão grande autoridade e, temendo que a ela se tornasse odiosa, instituiu um tribunal civil no centro da província, presidido por um ilustre magistrado, no qual cada cidade era representada por seu advogado. E, sabendo que alguns excessos do passado haviam gerado certo ódio contra ele, a fim de purgar o ânimo daqueles povos e reconquistá-los inteiramente, o duque quis mostrar que, se tinha havido alguma crueldade, ela não partira de si, mas da natureza acerba do seu ministro. E, na primeira ocasião, ordenou certa manhã que o cortassem em dois e abandonassem seus despojos na praça de Cesena, ao lado de um cepo e de um cutelo ensanguentado: a ferocidade do espetáculo deixou o povo a um só tempo assombrado e satisfeito. (MAQUIAVEL: 2010, p. 69).

Nessa passagem ele leciona como se deve manter a aparência de bondoso e generoso envolto em ações brutais, cultivando as virtudes tradicionais tão admiradas pelo povo. Nesse caso, o príncipe tem que saber punir um ministro ou lugar-tenente,

que atraiu para si o ódio do povo, com a severidade necessária para acalmar os ânimos populares, ainda que com ato de tamanha ferocidade, tal como a determinada por César Bórgia contra um dos seus tenentes chamado Ramiro Lorqua. A meta do príncipe deve sempre buscar ser considerado governante honrado e conquistar o louvor universal, principalmente do povo. Nesse sentido, se ele não for virtuoso que pelo menos “seja tão prudente que saiba como escapar à má reputação que se prende a esses vícios que poderiam causar-lhe a perda do Estado.” (SKINNER: 1996, p.153; MAQUIAVEL: 2008, p. 155)³⁵.

Nessa linha, Maquiavel, no capítulo XV do *Príncipe*, escreveu uma das mais importantes lições que o príncipe ou outro governante devem observar a qualquer tempo, assentado no princípio da verdade efetiva: **o abismo entre o como se vive e o modo por que se deveria viver é tão vasto que quem desdenhar o que de fato se faz, para se preocupar com o que deveria fazer, aprende antes o caminho de sua ruína que o de sua conservação** (SKINNER: 1996, p. 153). Esta é a máxima, entre a dimensão do deve ser, de feição mais epistemológica que qualquer outra coisa, e a esfera do ser, ontologicamente do domínio dos fatos e do real. Por isso, dentro da perspectiva do mundo real, todo príncipe, em todos os aspectos, quiser levar adiante apenas o emprego da bondade, e no mesmo patamar desconhecer a realidade inerente de cada instituição, certamente ficará arruinado em meio a tantos que são maus, e por conta de sua própria inabilidade para lidar com os fatos (MAQUIAVEL: 2008, p. 154). Aqui está a verdade efetiva em sua plenitude ontológica, e a máxima diferença de Maquiavel com os filósofos que o antecederam, tais como Platão, Aristóteles e Santo Agostinho entre outros, ao construírem Estados e sociedades no plano idealista, balizadas pelo deve ser e não como de fato elas são na realidade e se apresentam aos olhos atentos de um observador agudo como Maquiavel³⁶.

Nessa análise, torna-se fundamental descortinar o véu das aparências

³⁵Nesse episódio em torno de Ramiro Lorqua tem dois elementos dicotômicos na obra de Maquiavel: a política das aparências e da fria racionalidade política, onde o verdadeiro autor das atrocidades aparece como salvador, de modo que a execução de Ramiro tinha por finalidade velar e esconder o duque Valentino como o verdadeiro autor dos males perpetrados na Romanha. A segunda é o emprego da crueldade na consecução dos fins políticos, sendo nesse caso o bom emprego da mesma que permitiu a pacificação e a boa ordem da Romanha.

³⁶Os filósofos, antes de Maquiavel, conceberam Estados ideais, afastados da crua realidade humana, e com propósitos em fazerem e constituírem homens moralmente melhores. A exceção parcial nesse aspecto está na obra de Aristóteles (384-322 a.C.), e totalmente na obra de Políbio (203-120 a. C.), principalmente, de Ibn Khaldum (1332-1406).

construídas pelos discursos históricos e pelas religiões que acabam distorcendo profundamente a realidade efetiva. Sob os entulhos discursivos da história e da religião que ele examina as três virtudes fundamentais do governante nos capítulos XV, XVI, XVII e XVIII de *O Príncipe* sem as quais ele corre sério risco de perder o apoio do povo e por conseqüência o Estado. Assim ele deve ter fama pela sua generosidade e não da avareza; segundo, ele deve ter a aparência de piedoso em vez de cruel e por fim, ele ter a qualidade de manter a palavra em vez de ficar conhecido como mentiroso ou embusteiro. No entanto, estas não são virtudes inerentes ao príncipe ou governante, mas tão somente úteis quanto ao propósito de assegurar o Estado, pacificar e tranqüilizar os seus cidadãos.

Nesse aspecto, são virtudes puramente baseadas na razão que de certa forma antecipa a teoria dos jogos e da escolha racional. Isso está expresso na sua análise exposta no capítulo XVII do *Príncipe* onde ele subverte a questão clássica do príncipe ser amado pelo povo. O melhor, sem dúvida, é ser amado e temido, mas se não puder ser as duas, é melhor para o Estado que o príncipe seja antes temido do que amado. Aqui temos duas considerações que se desdobram no pensamento de Maquiavel: primeiro a *virtù* do príncipe destacadamente em usar as suas qualidades racionais para manter o Estado, sobretudo, as virtudes acima descritas, mas também ter a sabedoria de usar a força quando necessário tal como Moisés quando se valeu dos levitas como seu braço armado e a segunda, é que o Estado assume o caráter absoluto, a potência máxima da sociedade. Nesse sentido, Maquiavel antecipa Hegel (1770-1831), na sua especulação de que o Estado é a realização suprema da razão no espírito objetivo, e de Max Weber (1864-1920), quando este o define como monopólio da força física. É idéia da razão de Estado que tomava as suas formas definidas. A posição epistemológica de Maquiavel torna ainda mais evidente o seu realismo, em uma época em que surgia muito forte a corrente do neoplatonismo (idealismo), enfeixada no pensamento do jovem Giovanni Pico della Mirandola (1463-1494), e outras correntes idealistas emergidas no Renascimento italiano³⁷.

A verdade efetiva, na obra de Maquiavel, significa mais que duas palavras consignando o mundo real, mas tem grande efeito epistemológico e metodológico no pensamento político ulterior que obriga o filósofo político se voltar e observar a

³⁷Giovanni Pico della Mirandola, nasceu em Mirandola, de família nobre, era um erudito e filósofo neoplatônico que buscou harmonizar a filosofia e a religião, sendo dotado de uma erudição imensa.

realidade crua e despojada das arestas idealistas. Ela tem valor ontológico na mesma dimensão nominalista, ou seja, a concretude dos seres particulares. Nessa linha, se valer do idealismo, constituindo Estados e sociedades perfeitos como devem ser, é muito fácil e tentador; por outro lado, se voltar para realidade crua e desnudar o mundo da política ou do poder como constitui em si, é bem mais difícil, e que inevitavelmente, vai se chocar com os interesses políticos múltiplos no plano da realidade. O livro de Maquiavel rompeu com a tradição política anterior ancorada na crença quase pueril de que o príncipe estava voltado para conquista da glória e da fama, porém a tradição anterior esqueceu ou não quis considerar os aspectos do mundo real, onde o príncipe tem que cotidianamente tem administrar seu principado ou república, muitas vezes enfrentando adversidades imensas. Eis o que considera Skinner sobre essa questão:

Em dois momentos, no *Príncipe*, vemos Maquiavel claramente preocupado em desferir um ataque às teorias políticas de seus contemporâneos. Primeiro, ele as denuncia por não conseguirem enfatizar a importância da força bruta na vida política. Como já vimos, de modo geral se pressupõe que, se o príncipe se empenhar de coração numa vida virtuosa, estará capacitado a alcançar essas metas supremas que são a honra, a glória e a fama. Maquiavel considera, porém, que essa é uma perspectiva ingênua, pela qual se esquece em que medida a manutenção de um governo bem-sucedido depende de uma disposição inabalável a suprir as artes da persuasão mediante o recurso à força militar efetiva. É esse o aspecto do principado – que a maior parte de seus contemporâneos ignorou de forma tão convictamente civilizada – que Maquiavel recupera nas páginas do *Príncipe*, com ênfase que se conhece e os efeitos polêmicos que se sabem, insistindo na necessidade...de “uma economia da violência”. (SKINNER: 1996, p. 150).

Esses aspectos abordados por Skinner são cruciais na obra e no pensamento de Maquiavel, onde ele quebra com a visão idealista dos seus contemporâneos, que ainda insistiam em desconsiderar a realidade e os fatos da política em nome de uma perspectiva do deve ser. Na política, segundo Maquiavel, tudo deve ser considerado, não apenas no plano da moral, mas principalmente, as ações dos homens na construção dos Estados ou na usurpação do poder. A glória e as mazelas terrenas sempre devem ser levadas em conta numa análise política. Do contrário, o pensamento político, incorre em graves erros nas suas conclusões. Nesse sentido, essa é a grandeza e a universalidade da obra de Maquiavel, onde tudo é objeto de sua análise, desde a psicologia dos príncipes, a sua capacidade política e militar, as circunstâncias dos fatos, a violência como razão de Estado, tudo assentado na sua verdade efetiva das

coisas que balizou metodologicamente o seu pensamento político. Os príncipes, sob a ótica de Maquiavel, devem estar permanentemente atentos a manutenção de seu poder e à estabilidade das instituições políticas, que são o arcabouço de seu poder. O poder do príncipe e a estabilidade do Estado são irmãs siamesas, e a verdadeira argamassa das instituições sólidas. Mas essa perspectiva é tão somente possível considerando a força militar e de coerção das leis instituídas pelo príncipe instaurador. Essa dimensão é nevrálgica no pensamento de Maquiavel. Enquanto no Estado contemporâneo – Estado-nação – a coerção se tornou difusa e disseminada entre as instituições – governo, tribunais, parlamento, escolas, polícias, ideologias, corporações profissionais e outras formas de repressivas -, sobre os cidadãos, os príncipes, por sua vez, impunham diretamente – em ação individual – a coerção e seu poder sobre seus súditos. Por isso, o poder dos príncipes estava mais sujeito às intempéries da *fortuna*, o que ressalta suas virtudes quando capazes de superar as vicissitudes adversas da deusa romana.

Uma vez instituído, o Estado torna-se a arena do poder político, e a luta para conquistá-lo e mantê-lo é a virtude máxima do príncipe consolidador. Nessa dimensão, os Estados (monarquias e repúblicas) são instituídos por ato racional do príncipe virtuoso com o sopro benfazejo e favorável da *fortuna*. Um fato muito mais importante que a crueldade do príncipe na busca do poder é a destruição do seu Estado por forças inimigas ou adversas. Na verdade, Maquiavel deixa claro essa conclusão: a *virtù* de um príncipe estava menos na crueldade dos seus atos do que na sua capacidade em manter seu Estado com boas armas e boas leis. A destruição de um Estado residia nesse ponto crucial pouco considerado pelos estudiosos de sua obra. O centro nevrálgico da obra de Maquiavel não tanto o príncipe, mas a vida do Estado. A grande virtude do príncipe estava na manutenção do Estado, mas isso somente era possível com boas leis e boas armas, no entanto, muitas vezes mesmo fazendo tudo certo, dispondo de exército disciplinado e equipe de bons juristas, circunstâncias inesperadas e adversas acionadas pela fortuna, poderiam destruir o Estado e arruinar a casa do príncipe. Os príncipes instituidores criaram ou conquistaram Estados; os príncipes consolidadores – legisladores e administradores - devem saber manter os Estados, e nesse aspecto entram as boas leis e as boas armas. Os príncipes, segundo Touchard, deveriam ser homens de *virtù* favorecidos pela fortuna (TOUCHARD: 1970, p. 18).

Maquiavel, imbuído da sua experiência de chanceler de Florença, percebeu o poder cada vez maior dos reinos do norte e do oeste. Se ele ainda não tinha se inteirado do significado geopolítico da tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos em 1453, ele teve olhar agudo pela prevalência política das monarquias nacionais sobre as cidades-estados italianas. Das cinco realidades políticas existentes na Europa Medieval, ao longo do século XVI, confluíram lentamente para apenas duas: os Reinos Nacionais e o Império Habsburgo cada vez mais permeados pelo absolutismo monárquico. Não por outra, Maquiavel inveja a solidez das Monarquias nacionais como a França, Espanha, Portugal e até mesmo a Inglaterra ainda mantivessem resquícios de instituições feudais. (TOUCHARD: 1970, p. 18). Essa é uma das razões pelas quais a noção de Estado estava no centro do pensamento do chanceler florentino, sendo ele a máxima criação e também razão de ser de um príncipe. Outra questão importante no pensamento de Maquiavel: o Estado deveria ser secular sem qualquer interferência da religião, e nesse aspecto ele criticava as desastrosas interferências da Santa Sé – Igreja Católica – na realidade política italiana, quase sempre favorecendo as invasões estrangeiras.

A secularização do Estado estava na base da sua potência militar e política, pois todas as divergências locais convergiam para a idéia de uma unidade nacional afirmada no Estado monárquico, cuja legitimidade estava na concepção de soberania. As controvérsias locais deveriam ceder para um bem maior que era a unidade nacional, e essa construção os reinos do norte, do oeste e do leste conseguiram realizar com êxito, ao contrário da Itália que continuou campo de batalha dos Reinos e do Império. Nesse cenário, Maquiavel percebeu como nenhum outro, que as cidades-estados italianas foram perdendo potência para as duas realidades políticas que se tornavam cada vez prevalentes sobre as demais. Para o chanceler florentino, como ele bem demonstra no seu *O Príncipe*, a política e o Estado eram potências absolutas no convívio humano.

A significação de *O príncipe* é de outra amplitude: trata-se, antes de mais nada, de mostrar que – se se quer o poder – é preciso querer a onipotência: essa exige não apenas um ato de fundação absoluta, mas também uma resolução que não admite nem fraquezas nem compromissos; que as considerações morais e religiosas devem ser afastadas do cálculo através do qual se estabelece ou se mantém o Estado; que as coisas são assim ainda em maior medida porque o príncipe é senhor da legislação, porque define o Bem e o Mal públicos e, por conseguinte, no que se refere às questões públicas, nem ele, nem os cidadãos devem se valer dos “mandamentos” da Igreja ou da

tradição moral; que, nessas mesmas questões, a recusa da violência é uma tolice e que, de resto, cabe distinguir a violência “que conserta” daquela “que destrói”. (CHÂTELET et ali: 2009, p. 37).

Em sua argúcia, Maquiavel não se deixa se levar pela literatura política tradicional onde o príncipe era mais um ser sobrenatural, mais um deus do que um homem. O príncipe que funda seu Estado e constrói sua política na perspectiva como ele deve ser, sem considerar a realidade crua dos fatos, ou seja, de como as coisas são realmente, certamente ele encontrará a sua ruína e destruição. Antes, de mais nada, o príncipe deve estar ancorado na perspectiva da realidade onde a feroz natureza humana exerce papel central e decisivo, embora Maquiavel condenasse de forma veemente os que se tornaram príncipes por meio de crimes. As necessidades do povo e o próprio domínio do príncipe são coisas reais e fatuais que estão além das miragens concebidas dentro da moralidade dos escritores políticos anteriores a Maquiavel. Nesse aspecto, o professor Miguel Vatter considerou o seguinte acerca dos vícios e virtudes políticas dos príncipes e como eles deveriam agir:

Maquiavel recita a lista clássica das virtudes políticas e seus antônimos para dedicar um capítulo à discussão de cada uma delas: um príncipe pode ser ou liberal ou mísero (cap. 16); ou piedoso (misericordioso) ou cruel (cap. 17); ou fiel (honesto) ou infiel (cap. 18); ou tímido ou feroz (cap. 19); ou religioso ou descrente (cap. 21). A afirmação inovadora de Maquiavel é que essas virtudes apenas “parecem” beneficiar um príncipe, quando “na realidade” elas o levam à ruína, enquanto “uma outra que parecerá vício, [...] seguindo-a, leva à segurança e ao seu bem-estar” (cap. 15, p. 69). Além disso, ele argumenta que um príncipe, como não pode “ser” virtuoso na realidade, precisa “fingir” cuidadosamente ser virtuoso, dando sinais externos de virtude, mas mantendo-se livre para “não ser bom”. Em outras palavras, Maquiavel contradiz explicitamente Cícero e Platão, que afirmam que “Sócrates dizia brilhantemente que o caminho mais próximo e curto para a glória é ser o que se deseja parecer. Pois, se cuidam alguns obter glória estável com simulações e ostentação vã, não só com palavras, mas também com fisionomia fingida, erra cabalmente, [...] o é simulado não poder ser duradouro. (VATTER: 2017, p. 127/128).

Desse modo, o príncipe deve se preocupar menos com o aspecto constitucional do seu governo, e mais com a própria arte de governar, o que implicava a elevação da sua *virtú* como qualidade suprema na condução do Estado. E se ele for coberto pelas circunstâncias da *fortuna* benfazeja, o povo desfrutará de paz e prosperidade econômica enquanto perdurar o governo do príncipe. É importante salientar que a ação do príncipe, na afirmação da sua *virtú*, está condicionada a sua racionalidade e

individualidade. No entanto, isso não significa que sua ação individual e racional na conquista e manutenção do poder não tenha grandes implicações institucionais e que o direito não tenha um papel fundamental na perpetração do seu poder, tanto nos principados novos, e principalmente nos principados hereditários. Aqui o papel decisivo vem dos príncipes legisladores e dos administradores – que muitas vezes têm a mesma função – que dentro de uma ação racional e individual configuram uma nova ordem social e jurídica.

Os príncipes instituidores, e na esteira destes, os consolidadores devem a todo custo evitar a crueldade na ação de fundar Estados, exceto quando absolutamente necessárias, como por exemplo, Moisés quando invocou os levitas para reprimir os idólatras no arraial hebreu e Rômulo quando matou seu irmão Remo, quando traçava os limites da futura Roma. Esse aspecto vem a ser condenado de forma mais veemente em relação aos demais tipos de príncipes, como está clarividente no capítulo XIX de *O Príncipe*. Nesse capítulo, ele exalta as qualidades dos príncipes virtuosos e censura e repreende os príncipes venais e cruéis, que grande parte das vezes, por suas ações, são a causa da ruína dos seus principados. O príncipe, antes de tudo, deve estar atento às nuances políticas que o cercam e deve estar vigilante quanto aos adutores próximos a ele. Tão importante quanto a essa assertiva, o príncipe deve ser capaz de fazer alianças que não abalem a estrutura de seu poder. Entre os poderosos que rondam a sua corte como moscas varejeiras e o povo que legitima seu poder, o príncipe sempre deve preferir o povo, sem atrair o ódio dos primeiros. O povo é elemento essencial de uma estrutura constitucional. É a base sólida, concreta e estável do poder do príncipe. É importante ater-se que a ação racional dos príncipes instituidores e dos consolidadores, que muitas vezes está envolta em atitudes individualmente cruéis, mas que devem evitadas - não prescindir da ordem jurídica e nem dos elementos doutrinários que asseguram o poder do titular do principado. Mas o que predomina são as virtudes do príncipe que deve ao máximo ser contemporâneo aos seus súditos e nas democracias com os cidadãos, onde cada ocasião, quando necessário deve prevalecer a bondade, a piedade, a severidade, a parcimônia, a manutenção dos seus juramentos, seu caráter universal de justiça política e a veemente condenação dos atos criminosos. As instituições consideradas sólidas são confundidas com as próprias virtudes do príncipe. A história das idéias políticas demonstra com clareza esse fato, onde as virtudes do príncipe estão na mesma dimensão de justiça dos súditos dos principados e dos

cidadãos das repúblicas. O universo da política, para Maquiavel, mais do que a arena de lutas e antagonismos facciosos, fundamentalmente, vem a ser o local da ação racional dos príncipes, tanto na dimensão da conquista do poder (instauradores), bem como na da sua manutenção (consolidadores), e que deve ter como objetivo fundamental o bem estar do povo. Esses são os elementos que fundamentaram a grandeza e a importância angular do livro *O Príncipe* de Maquiavel para o pensamento político moderno: a sua observação aguda dos acontecimentos históricos de seu tempo, valendo-se da verdade efetiva dos fatos, mas com consequências universais, ele parte dos Estados como são, e não como eles poderiam ser. A verdade efetiva é a sua grande contribuição metodológica, do mesmo modo que a navalha de Ockham consiste na visão pura e simples dos fatos, da realidade, está em perceber que o príncipe virtuoso e tocado pela fortuna escolhe sempre o caminho mais simples para a afirmação do seu governo, e se for necessário o uso da crueldade que ela seja empregada de uma única vez, para que os súditos não permaneçam com nenhuma lembrança desse artifício. No seu lugar o príncipe deve adotar o bem estar e as benesses, um pouco a cada dia, para que o povo sempre se lembre da felicidade e do bem-estar proporcionado pelo príncipe. No entanto, a observação de Maquiavel não se atém aos simples fatos por si mesmo, como puro fenômeno, mas, vai além ao tentar desvendar a razão dos comportamentos humanos, em especial dos governantes.

Existem vários pontos em comum entre o pensamento de Ockham e o de Maquiavel: o primado do indivíduo, a intuição como base do conhecimento do real, seminal no empirismo moderno, as conclusões abstratas ancoradas nos fatos e nas conclusões mais simples e imediatas e a dimensão da imanência. A afirmação de Ockham, em decisivo golpe contra os realistas da mais profunda querela medieval, de os universais são nomes e não uma realidade (ANTISERI; REALE: 2017, p. 620), permitiu abrir caminho para uma nova ontologia com base na imanência e nos fatos, que esta na origem da verdade efetiva de Maquiavel. A assertiva de que os universais são apenas nomes coloca toda a responsabilidade do conhecimento nos indivíduos; não era mais o Homem concepção de origem platônica fundamental para o Cristianismo, mas homens e mulheres que presos em seus corpos e paixões, defeitos e virtudes moviam a humanidade como vetores da história. Para tanto era necessário se desvencilhar dos vícios e clausuras palmilhado pelo realismo envolto em um cipó epistemológico onde não existia o indivíduo. Aqui entra a famosa Navalha de Ockham

que parti do conhecimento mais simples e necessário, ou seja, da apreensão intuitiva das coisas pelo indivíduo, se desvencilhando dos elementos que não fossem necessário para a construção do conhecimento: essa era base da verdade efetiva de Maquiavel.

Como bem observou o professor Ingo Sarlet, dentro do mesmo raciocínio da verdade efetiva de Maquiavel, o príncipe deve evitar ser odiado e desprezado pelos seus súditos, para tanto é imperioso ele construir e manter a sua reputação (SARLET: 2017, p. 78). Nesse sentido, o príncipe deve estar permanentemente voltado para as ações que tragam benefício para o povo, o que seria atualmente políticas públicas pertinentes a cada principado ou república. O príncipe deve ser íntegro e agir de acordo com a realidade do seu povo, pois aqueles príncipes que buscam construir Estados morais e perfeitos verdadeiros edifícios fantasiosos, em vez de trilhar pela seara da realidade, está caminhando para a sua própria ruína. A **verdade efetiva** de Maquiavel, tal como o empirismo de Ockham, está assentada na realidade política, na intuição das coisas e dos fatos, centrada na sua observação objetiva, não em utopias irrealizáveis, despojando-se assim de qualquer idealismo platônico ou do realismo que afirmava os universais como existentes. Não por outra, a verdade efetiva, pedra angular do pensamento do florentino, que ao se desvencilhar de amarras idealistas e conclusões quiméricas que serviam de verdadeiros obstáculos epistemológicos ao pensamento político, tinha o mesmo sentido da Navalha de Ockham focada na predominância imanência e do mundo real.

A obra de Maquiavel, assim, é assentada na sua concepção da verdade efetiva, donde ele conclui que as instituições políticas humanas derivam da maldade e não da bondade dos homens. Desse raciocínio derivam a má ou a boa crueldade, quando por ventura, o príncipe deve empregar, cujos exemplos são abundantes na história da humanidade. O príncipe de *virtú* somente deve, e tão somente quando for imperioso o seu emprego fazer uso da boa crueldade, ou seja, quando um ato moralmente reprovável traga benefícios para o povo e seus súditos. Essas são as lições de *O Príncipe*, uma pequena gigantesca obra de análise, mandamentos e ensinamentos políticos para a modernidade.

PARTE FINAL

A verdade efetiva de Nicolau Maquiavel tem base metodológica no princípio da navalha de Guilherme de Ockham, por meio da qual, este enfoca a ação política dos príncipes, sob a perspectiva então inovadora da realidade, na experiência dos fatos e na observância dos acontecimentos históricos, sem estar enredado por teorias no plano ideário. Ambos são epistemologicamente e ontologicamente nominalistas se voltam para a realidade fática, onde a apreensão do fenômeno dá-se pela intuição e não para o velho realismo que significava a afirmação do idealismo platônico. Desse modo, no seu livro *O Príncipe (De Principatibus)*, Maquiavel desencadeou uma verdadeira virada heliocêntrica no pensamento político moderno, marcando uma profunda mudança no modo de ver as instituições políticas. Na verdade, o alicerce da sua revolução epistemológica na esfera do pensamento político esta assentada na sua concepção de verdade efetiva – descrita no capítulo XV do seu tratado - que lhe permitiu estudar as instituições (Estados e governantes), tal como elas se apresentavam e não de acordo com a literatura política antes dele, onde era descrito como elas deveriam ser, cuja assertiva era o núcleo fundamental da filosofia política tradicional, emoldurada nas obras de Platão, Aristóteles, Cícero, Santo Agostinho, Santo Tomas de Aquino, entre outros, signatários da via antiga. A análise de Maquiavel deriva da via moderna de Guilherme de Ockham e Marsílio de Pádua. Dessa forma, a sua visão com base na realidade crua dos fatos, o torna efetivamente o primeiro cientista político moderno, ainda que pertencesse em muitos aspectos à esfera da filosofia política. Diante disso, para ele o Estado não era o âmbito da justiça, mas da realização do poder político, e isso tinha conseqüências para o bem ou para o mal para os súditos e mais modernamente dos cidadãos. Desse modo, a verdade efetiva do pensador florentino está na mesma similitude epistemológica da navalha de Ockham, indo pelo caminho mais simples desbastar o real e os ensinamentos históricos passados. Nessa linha Maquiavel fundou os pressupostos empíricos efetivação de uma teoria do Estado, onde o príncipe instaurador ou consolidador, incluindo o estudioso político devem aprender, para evitar o máximo possível, equívocos administrativos, decisórios e analíticos, com os acontecimentos históricos pretéritos para servir de ensinamentos, pois os homens em suas paixões são iguais em qualquer época e lugar:

Entre os meios auxiliares de uma teoria empírica do Estado encontram-se,

talvez em primeiro lugar, as regras extraídas da experiência acerca das sucessões típicas de acontecimentos. Machiavelli aplicou já a observação de tais regras, quando ensinava “que alguém que queira prever o futuro, tem de prestar atenção ao passado; porque todos os acontecimentos do mundo têm paralelo em acontecimentos anteriores. Eles são causados por homens que têm e sempre tiveram as mesmas paixões, de modo que o resultado terá de ser sempre o mesmo” (Discorsi, III, 43). “Vejam os acontecimentos novos e os velhos e verificaremos facilmente que são idênticas as vontades e as disposições que desde sempre predominaram em todas as cidades e povos. Por isto, quem investigar cuidadosamente o passado, pode prever facilmente os acontecimentos futuros em qualquer Estado e lançar mão dos mesmos recursos de que os antigos se serviram, e, caso não os considerar apropriados, procurar novos meios, tendo em atenção a semelhança dos acontecimentos” (Discorsi, I, 39). (ZIPPELIUS: 1974, pp. 15/16).

Maquiavel no seu *Príncipe* redigiu um tratado de aconselhamento aos governantes e políticos em geral, com base não no plano ideal, mas na ontologia do real, na esfera do ser, onde o que valem são as ações dos príncipes, em sua concretude crua e desnuda, e não seus fins quiméricos. Os Estados são constituídos pela *fortuna* e pela *virtù* dos príncipes instituidores e consolidadores, que através de suas virtudes devem legislar e administrar os principados ou repúblicas instauradas. E o caminho ao poder, para tornar-se príncipe, pode ser pavimentado pela perversidade e crueldade, donde a ilação de Maquiavel é a crueldade bem ou mal utilizada governantes usurpadores. O direito é instaurado no ato de criação dos Estados. Os príncipes de *virtù* instituíram Estados sólidos e perenes que foram consolidados pelos príncipes legisladores e administradores.

O Estado é criação fática ou até mesmo racional do príncipe instaurador embora nesse ato fundador, deve-se sempre considerar as raízes e as circunstâncias históricas em que o referido ato foi realizado, ou ainda, o Estado, uma vez instaurado, é objeto na ação de manutenção e preservação do príncipe consolidador (legislador e administrador)³⁸. A política não é resultado de juízo moral, principalmente cristão, mas a dimensão da luta pelo poder. Maquiavel não compartilhava da utilização de métodos cruéis para conquistar o poder: ele até mesmo abominava o emprego da crueldade, mas os políticos fizeram uso dela de forma abundante com bem nos ensina a história. O Estado é resultado da natureza humana, entre outras questões para coibir e controlar as

³⁸Na dimensão epistemológica Maquiavel é tributário da via moderna de Ockham, pois os dois pensadores tinham no empirismo o elemento fundamental para suas ilações. A idéia do príncipe instaurador e do príncipe consolidador com grande consequências abstratas, tem tem sólida base empírica originada na intuição e nas observações do mundo fático de Maquiavel.

paixões dos homens. A ação política do príncipe virtuoso instituiu o Estado que, por sua vez, no mesmo ato instaurou o Direito. Nesse sentido, Estado e direito são consubstanciais e são da mesma natureza que correspondem a ação racional do príncipe, diante do que podemos afirmar que não existe direito antes do Estado. O Estado é o resultado da ação do príncipe instituidor, dotado de *virtù* e tocado pela *fortuna*. Daqui por diante as qualidades do príncipe passam a ser determinantes no seu destino e do próprio Estado. Ele não pode confiar demasiadamente nos humores da *fortuna*. Ele deve se valer das suas qualidades, das suas virtudes para não aplainar a sua própria ruína e das instituições criadas por ele. O príncipe deve estar atento aos reveses da fortuna, pois muitos príncipes virtuosos sucumbiram as suas adversidades. É o que aconteceu com César Bórgia (1475-1507), a despeito de sua imensa capacidade política e de suas virtudes militares, ele acabou sendo destruído pelos ventos contrários da *fortuna*. Para Duvernoy, a noção de *fortuna* exerceu na obra de Maquiavel um papel multiforme tendo uma função de síntese, constituindo no curso do mundo e que a razão humana não consegue captar de imediato, firmando os acontecimentos das circunstâncias. (DUVERNOY: 1984, p. 66). Somente um príncipe virtuoso seria capaz de controlar a fúrias das circunstâncias adversas. Os grandes príncipes são os virtuosos que são capazes de dominar as inconstâncias da *fortuna*, aliás, o que só vem a fortalecer a determinação daqueles em realizar, fundar, consolidar e administrar seus Estados.

Leo Strauss (1899-1973) classificou *O Príncipe* como um livro científico e também não científico. É científico porque tem a intenção de transmitir. “Esse tipo de conhecimento – o conhecimento do universal ou geral em contraste com o conhecimento do particular – é chamado de filosófico ou científico. *O Príncipe* é um livro científico porque comunica um ensinamento geral baseado no raciocínio que parte da experiência e que expõe esse raciocínio.” (STRAUSS, 2015, p. 74). Podemos afirmar que *O Príncipe* é um livro que parte das experiências históricas e particulares de Maquiavel, mas com conclusões universais e para todos os tempos, e esse aspecto é a grande inovação e a perenidade desse livro, porque tem no seu centro a natureza e as ações humanas. Por outro lado, não é uma obra científica porque é um livro apaixonado, onde Maquiavel exorta as virtudes dos príncipes, os italianos lutarem contra os bárbaros (franceses, alemães e espanhóis), que teimavam invadir e fazer da península seu campo de batalha, arruinando a sua economia e a sua produção da arte.

Assim, Maquiavel, ao longo dos vinte e seis capítulos de *O Príncipe*, analisa os tipos de Estados existentes que para ele são monarquias ou repúblicas, e se tratando dos primeiros são novos, hereditários, mistos, civis e eclesiásticos. E na mesma linha, como se tornar príncipe, que para ele são de três formas: mérito, sorte ou crime. Além disso, como ele deve manter o principado por meio das suas virtudes políticas ou militares, e nesse sentido, escolher adequadamente os seus ministros. Tipos de tropas militares para conquistar ou manter o principado: mercenárias, auxiliares ou nativas. Quais as conseqüências do príncipe manter ou não suas promessas, e dentro dessa perspectiva até onde o príncipe deve manter e cumprir suas promessas. Por que os príncipes perdem seus domínios, especialmente, o caso dos italianos a partir das invasões francesas.

O livro *O Príncipe*, consistiu ao longo do tempo ulterior mais do que um manual de aconselhamento aos governantes, mas um tratado político centrado na verdade efetiva das coisas. Isso significou uma profunda mudança de paradigma na filosofia política. Quinhentos anos depois, *O Príncipe* se revela cada vez mais atual, com seu estilo claro, direto, com redação vigorosa e universal. *O Príncipe* de Maquiavel, sem dúvida, é obra universal e para todos os tempos, pois o seu teor fundamental, descrito nas suas páginas, é o ser humano com suas mazelas e virtudes. A grande revolução realizada por Maquiavel está no fato de ter introduzido no pensamento político aqueles elementos considerados desprezíveis na filosofia política antes de dele, tais como a violência, a astúcia, a estratégia política e militar, entre outros elementos. Ele desvelou o que pela filosofia política anterior deveria ser velado. Na política, nenhum ato ou ação humana deveria ser negligenciado ou deixado de considerar. Maquiavel percebeu como ninguém antes, que para natureza humana tudo era possível, principalmente o uso da violência, da razão e da inteligência na criação e na consolidação dos Estados, sendo essas as duas virtudes fundamentais dos príncipes.

Nicolau Maquiavel ao longo da construção do seu pensamento se valeu de uma metodologia inovadora e extraordinária: a verdade efetiva das coisas individuais e acontecimentos históricos, por meio de uma dupla ação cognitiva: se debruçando nas informações de historiadores clássicos, principalmente, Políbio, Tito Livio, Tácito e na própria Bíblia para consubstanciar a observação absolutamente objetiva e empírica dos fatos sob os ensinamentos históricos, mas com profundas conclusões abstratas no

plano da teoria do Estado. Essa metodologia era tributária da revolução nominalista desencadeada por Guilherme de Ockham, último escolástico e o primeiro filósofo moderno, com seu empirismo com nuances kantianas, onde o conhecimento começa pela intuição das coisas, pela apreensão dos fenômenos, para partir daí tentar compreender a coisa-em-si, adotando o caminho mais simples e objetivo possível, sem se preocupar com análises secundárias sedimentando a concretude, solução que passou a ser denominado de a navalha de Ockham.

A metodologia revolucionária de Maquiavel permite compreender os tipos de Estados e suas instituições no decorrer da história com os príncipes instauradores de repúblicas e principados, que com base na obra do Secretário Florentino podem ser classificados em instauradores e consolidadores (legisladores e administradores), enquanto o príncipe conquistador pode ser tanto instaurador bem como do príncipe consolidador. A consideração dos príncipes instauradores e dos príncipes consolidadores é seminal na compreensão do surgimento e afirmação do Estado-Nação, realidade política, social e econômica que se impôs na modernidade a partir das revoluções americana e francesa no final do século XVIII.

Enfim, essa é o pensamento político inovador de Maquiavel que tem base na sua verdade efetiva, cuja compreensão somente é possível dentro da perspectiva epistemológica aberta pelo nominalismo de Guilherme de Ockham, que pavimentou a via moderna na filosofia com grandes consequências para a posteridade, principalmente na elevação e traçando a importância do empirismo, da imanência e da concretude onde a ação individual dos governantes, passa para o centro do pensamento político e das teorias do Estado na era contemporânea. E nessa mesma linha é possível estabelecer tipos de príncipes que aqui classificamos de príncipes instauradores – conquistadores - e consolidadores – administradores. De modo que os primeiros estão sob a perspectiva *ex parte principis* ou do poder em si, os segundos visam a manutenção do poder do príncipe sob o princípio *ex parte populi* assentado no elemento mais permanente e invariável de todo o sistema político: o povo.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ADVERSE, Helton. **Maquiavel: A força, o poder e a retórica**. SapereAude. Belo Horizonte, v. 8, nº 16, p. 350-362, ago/dez 2017. – ISSN: 2177-6342.
- ANDERSON, Pierre. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- ANTISERI, Dario. REALE, Giovanni. **Filosofia: Antiguidade e Idade Média**. São Paulo: Paulus, 2017.
- BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.
- BOBBIO, Norberto. **A Teoria das Formas de Governo**. 10ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- BURCKHARDT, Jacob. **A Cultura do Renascimento Italiano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CARDOSO, Sérgio. **Maquiavel: lições das Histórias Florentinas**. São Paulo: Discurso, v. 48, nº 1 (2018), pp. 121-154.
- CHÂTELET, François. DUHAMEL, Olivier. PISIER-KOUCHNER, Evelyne. **História das Idéias Políticas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. **História do Pensamento Político**. 2 Vol. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As Grandes Obras Políticas de Maquiavel à Nossos Dias**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1998.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CLOULAS, Ivan. **César Bórgia**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- CUEVA, Mario de la. **La Ideia del Estado**. México DF: Fondo de Cultura Económica; Universidad Nacional Autónoma de México, 1996.
- CURSO DE INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA. **Maquiavel – O Príncipe**. Estudo de Caso. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2018.

- DAVID, René. **Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DUVERNOY, J. F. **Para Conhecer o Pensamento de Maquiavel**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- ESCOREL, Lauro. **Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.
- FLEINER-GERSTER, Thomas. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FOURQUIN, Guy. **História Económica do Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1981.
- GAILLE-NIKODIMOV, Marie. **Maquiavel**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2008.
- GETTELL, Raymond G. **História das Ideias Políticas**. Lisboa: Editorial Inquérito, 1936.
- GIANTURCO, Adriano. **A Ciência da Política: Uma Introdução**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.
- GILSON, Etienne. **A Filosofia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- GRAZIA, Sebastian de. **Maquiavel no Inferno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- GREEN, V. H. H. **Renascimento e Reforma: a Europa entre 1450 e 1660**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.
- GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com Maquiavel – As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. 13ª edição. Porto Alegre: L&PM, 1995.
- GUENÉE, Bernard. **O Ocidente nos Séculos XIV e XV (Os Estados)**. São Paulo: Pioneira; Editora Universidade de São Paulo, 1981.
- HALE, J. R. **Maquiavel e a Itália da Renascença**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.
- HALE, J. R. **A Europa durante o Renascimento 1480-1520**. Lisboa: Editorial Presença, 1983.
- HALE, J. R. **Dicionário do Renascimento Italiano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- HIBBERT, Christopher. **Ascensão e Queda da Casa dos Médici - O Renascimento**

- em Florença.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- HUISMAN, Denis. **Dicionário dos Filósofos.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- JOUVENEL, Bertrand. **O Poder – História Natural de seu Crescimento.** São Paulo: Peixoto Neto, 1998.
- KANTOROWICZ, Ernst H. **Os Dois Corpos do Rei: Um Estudo Sobre a Teologia Política Medieval.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. **O Estado Monárquico – França.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LARIVALLE, Paul. **A Itália no Tempo de Maquiavel.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- LUCAS-DUBRETON, J. **Os Bórgias.** Lisboa: Estúdio Cor, 1961.
- MACHIAVELLI, Niccolò. **The Prince & The Art of War.** London (England): Collector's Library, 2004.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** São Paulo: Golden Books, 2008.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2010.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- MALBERG, R. Carré. **Teoria General del Estado.** México DF: Facultad de Derecho / UNAM; Fondo de Cultura Económica, 2001.
- MARTINES, Lauro. **Abril Sangrento: Florença e o Complô contra os Médici.** Rio de Janeiro: Imago, 2003.
- MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional.** 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- METRI, Mauricio. **Poder, Riqueza e Moeda na Europa Medieval: a preeminência naval, mercantil e monetária da sereníssima República de Veneza nos séculos XIII e XV.** Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- MOUNIN, Georges. **Maquiavel.** Lisboa: Edições 70, 1984.
- NAY, Olivier. **História das Ideias Políticas.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.
- NICHOLAS, David. **A Evolução do Mundo Medieval – Sociedade, Governo e Pensamento na Europa: 312-1500.** Mem Martins (Portugal): Publicações Europa-América, 1999.

- PHILLIPS, Tim. **O Príncipe de Maquiavel**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- PRÉLOT, Marcel. LESCUYER, Georges. **História das Idéias Políticas**. 2 Vol. Lisboa: Editorial Presença, 2000.
- PREZZOLINI, Giuseppe. **Vida de Machiavelli**. Lisboa: Editora Arcádia, 1965.
- RIDOLFI, Roberto. **Biografia de Nicolau Maquiavel**. São Paulo: Musa, 2003.
- SABINE, George H. **História das Teorias Políticas**. 2 Vol. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **Maquiavel, “O Príncipe” e a Formação do Estado Moderno**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.
- SENELLART, Michel. **As Artes de Governar**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- SICHEL, Edith. **O Renascimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- SIMONETTA, Marcelo. **A Conspiração contra os Medici**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SKINNER, Quentin. **Maquiavel**. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- STRAUSS, Leo. **Reflexões sobre Maquiavel**. São Paulo: É Realizações, 2015.
- TOUCHARD, Jean. **História das Idéias Políticas**. Vol. 3. Lisboa: Europa-América, 1970.
- VATTER, Miguel. **O Príncipe: Uma chave de leitura**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2017.
- VILLEY, Michel. **Questões de Tomás de Aquino sobre Direito e Política**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.
- VIROLI, Maurizio. **O Sorriso de Maquiavel**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- WHITE, Michael. **Maquiavel, um homem incompreendido**. São Paulo: Record, 2007.
- WITZEL, Morgen. **50 Estrategistas da Administração**. São Paulo: Contexto, 2005.
- WOLFF, Philippe. **Outono da Idade Média ou Primavera dos Novos Tempos?** Lisboa: Edições 70, 1986.
- ZIPPELIUS, Reinhold. **Teoria Geral do Estado**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.